



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA BIODIVERSIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL**

FRANCISCO EVANILDO SIMÃO DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO PROJETO PAULO FREIRE, SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
DO BEM VIVER (*SUMAK KAWSAY*)**

**CRATO
FEVEREIRO DE 2020**

FRANCISCO EVANILDO SIMÃO DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO PROJETO PAULO FREIRE, SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS
DO BEM VIVER (*SUMAK KAWSAY*)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Ciências Ambientais.
Orientadora: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza
Coorientadora: Prof. Dra. Eva Maria Campos Pereira

CRATO
FEVEREIRO DE 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- S586a Silva, Francisco Evanildo Simão da.
Uma análise do projeto Paulo Freire, sob a ótica dos princípios do bem viver (*Sumak Kawsay*)/ Francisco Evanildo Simão da Silva. – 2020.
100f.: il.; color.; enc.; 30 cm.
(Inclui bibliografia p.94-100).
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2020.
Área de concentração: Ciências Ambientais.
- Orientação: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.
Coorientação: Profa. Dra. Eva Maria Campos Pereira.
1. Bem Viver. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Projeto Paulo Freire. 4. Governo do Estado do Ceará. I. Freire, Paulo Reglus Neves (1921-1997). II. Título.

CDD 363.70071

FRANCISCO EVANILDO SIMÃO DA SILVA

**UMA ANÁLISE DO PROJETO PAULO FREIRE, SOB
A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DO BEM VIVER (*SUMAK KAWSAY*)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Ciências Ambientais.

Aprovada em: 15/06/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dra. Eva Maria Campos Pereira (Coorientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. José Laécio de Moraes
Universidade Regional do Cariri (URCA)

DEDICATÓRIA

A Pacha Mama.

Aos meus pais, meus verdadeiros mestres,
Exedito e Francisca, eu nunca me esquecerei
do amor incondicional de vocês.

Aos meus irmãos, Consuelo, Zeneide Lúcia,
Evandro, Ivan, Maria e Roberto, pela atenção,
paciência e incentivos nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado não é unicamente um produto intelectual individual; ela também é fruto de muita cooperação, companheirismo e suporte alheio. Por isso, são muitos os agradecimentos que preciso fazer. Me sinto profundamente grato pela trajetória durante o meu mestrado. Nem todos os momentos foram fáceis, mas os momentos bons foram infinitamente maiores e são eles que guardarei.

Um profundo agradecimento aos meus pais, em especial a minha querida mãe (*in memoria*), a senhora continua cuidando de mim. Aos meus irmãos e sobrinho pelo apoio, não só nesta caminhada, mas em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus colegas da turma do PRODER 2018, por partilhar a caminhada, o aprendizado e as descobertas conjuntas. Foi um prazer trilhar esse caminho com vocês em especial a Anelice, Suzana e Katiane, irmãs que o PRODER me deu para toda a vida.

A minha amiga Eva Campos que sempre esteve pronta para compartilhar conhecimentos, angústias e sonhos. A Meus amigos Laécio, Wildevânio, Jorge, Igo e Aléf, pelo carinho, reciprocidade e amor.

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação, que apontaram os equívocos que precisavam ser sanados e reforçaram que eu estava no caminho certo, muita gratidão. Aos professores que compuseram a banca de defesa, agradeço sua disposição em contribuir com o aprimoramento deste trabalho.

A professora Laudeci Martins, minha querida orientadora, que sempre esteve ali: presente, atenta e pronta para dar suporte sempre que precisei. A ela meu mais sincero agradecimento.

A coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – CAPES, por financiar bolsa de mestrado para a realização desta pesquisa.

Aos beneficiários e técnicos do Programa Paulo Freire, às comunidades e às pessoas que me receberam com imensa simpatia, que se dispuseram a conversar comigo, me fornecendo informações valiosas, contando suas histórias sem timidez e, com alegria, me guiando pelos caminhos minha pesquisa algo tão prazeroso, meu muito obrigado.

“É triste pensar que a natureza fala e que a
humanidade não a ouve” - Victor Hugo

RESUMO

O Projeto Paulo Freire é um Programa do Governo do Estado do Ceará que propõe reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares de 31 municípios, através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável para aumento da renda. Na trajetória teórica sobre o desenvolvimento sustentável, o Bem Viver é uma definição que engloba um conjunto de ideias que estão sendo constituídas como uma reação e alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. Esse trabalho objetiva verificar, junto às comunidades rurais beneficiárias a revitalização dos processos biocêntricos no andamento da execução do projeto Paulo Freire. Como metodologia, utilizou-se o levantamento documental das centralidades da proposta, o quantitativo de corpo técnico e financiadores do projeto. Foi possível visualizar a dimensão de uma nova matriz de economia solidária e plural, com uma vocação para ampliar a dinamização da economia local de forma sustentável, empoderamento das comunidades, comungando com os princípios do Bem Viver.

Palavras-chave: Bem Viver. Desenvolvimento Sustentável. Projeto Paulo Freire.

ABSTRACT

The Paulo Freire Project is a Program of the Government of the State of Ceará that aims the reduction of poverty and the raising of the living standard of family farmers in 31 municipalities, through the development of social and human capital and sustainable production to increase income. In the theoretical trajectory on sustainable development, Bem Viver is a definition that comprehends a set of ideas that are being constituted as a reaction and alternative to conventional development concepts. The focus of this work is to verify, with the beneficiary rural communities, the revitalization of the biocentric processes in the course of the execution of the Paulo Freire project. The methodology used was the documentary survey of the centralities of the proposal, the number of technical staff and project financiers. It was possible to visualize the dimension of a new matrix of solidarity and plural economy, with an inclination to expand the dynamism of the local economy in a sustainable way, empowering communities and reflecting the principles of Bem Viver.

Keywords: Well live. Sustainable development. Paulo Freire Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tripé sintético representativo dos princípios do Bem Viver.....	41
Figura 2 - área de atuação do projeto Paulo Freire.....	60
Figura 3 - Organograma elaborado pela UGP e disponível no Manual de implementação do PPF.....	63
Figura 4 - Caravana Estadual Juventudes do Semiárido.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Configuração territorial dos Escritórios do Projeto Paulo Freire.	65
Tabela 2 - Distribuição de pessoal do Projeto Paulo Freire.	65
Tabela 3 - Quadro de Usos e fontes do projeto Paulo Freire.....	68
Tabela 4 - Elaborada baseada nas informações do relatório de Supervisão do FIDA em 2019.	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Assistência Técnica
BV	Bem Viver
COSOP	Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
M&A	Monitoramento e Avaliação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	Medida provisória
PFF	Projeto Paulo Freire
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Plano Operativo Anual
PSJ	Projeto São José
UGP	Unidade de Gestão de Projeto

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

R\$ Reais

(USD) \$ Dólar americano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	RUMO A OUTRA NOÇÃO DE RIQUEZA	20
2.1	Fragmentos do colonialismo	20
2.2	Patologias do <i>Des-Envolvimento</i>	22
2.3	O insustentável desenvolvimento	26
2.4	Renovar horizontes	31
3	CONTEXTO, GEOGRAFIAE INDICADORES: DESCRREVENDO O PROJETO PAULO FREIRE	43
3.1	O contexto do desenvolvimento rural no Brasil	43
3.2	O debate sobre ruralidades e pobreza	44
3.3	As políticas governamentais para enfrentar a pobreza	47
3.4	O Ceará e suas iniciativas.....	50
3.5	Projeto Paulo Freire, utopia ou ilusão concêntrica?	52
3.6	Implementação e capilaridade do Projeto Paulo Freire	57
3.7	Processos organizacionais do Projeto Paulo Freire	62
3.8	Processos econômicos e pontos complementares do PPF	67
3.9	Os processos metodológicos do Projeto Paulo Freire.....	70
4	ALGUNS DESAFIOS PENDENTES	73
4.1	Assessoramento técnico no PPF: continuidades e rupturas	80
4.2	Didática dos investimentos produtivos do PPF	83
4.3	Juventude do PPF: as correntes da sustentabilidade	85
3.4	A agroecologia como componentes do projeto Paulo Freire	87
	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva do presente trabalho foi promover a análise e a identificação dos princípios do Bem Viver nas ações e projetos implementados pelo Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire – executado pelo Governo do Estado do Ceará. Buscou-se conceituar o Bem Viver e elencar os princípios que arregimentam a construção das ideais e críticas ao desenvolvimento, além de relacionar as ações e os objetivos implantados no Projeto Paulo Freire com os princípios do Bem Viver.

A ancoragem teórica basilar que sustentou conceitualmente o presente trabalho investigativo trouxe, de forma insólita, o conceito e os princípios que arregimentam a ideia do Bem Viver, ou *Sumak Kawsay*. O Bem Viver refere-se a uma construção epistemológica que revisa o desenvolvimento sustentável, na medida em que propõe uma nova forma de relacionamento entre os seres humanos. Nesse caso, a individualidade egoísta deve se submeter a um princípio de responsabilidade social, compromisso ético e relacionamento com a natureza- que é reconhecida como parte fundamental da sociabilidade humana. Este conceito nasce na ancestralidade dos povos indígenas, nas suas lutas de resistência ao colonialismo e à modernidade, e é institucionalizado em 2008 na Constituição Equatoriana e na planificação do Estado. Em 2009, a Bolívia também reformula sua constituição para incluir no texto constitucional os direitos da natureza e a noção de Bem viver amazônico/andino.

Persistindo sobre os objetivos específicos do processo investigativo, definido para o presente trabalho, buscamos analisar a metodologia de formatação do Projeto Paulo Freire junto à SDA – Secretária de Desenvolvimento Agrário, órgão do Governo do Estado do Ceará que tem a missão de efetivar as políticas agrícolas e agrárias de todo o estado e que o gestou em parceria com o FIDA¹ – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

Oficialmente, o Projeto Paulo Freire nasce do Acordo de Empréstimo N.º I-882-BR/E-17-BR, firmado no ano de 2013 entre o Governo do Estado do Ceará e o FIDA, com prazo de execução de 6 (seis) anos, equivalente ao montante de US\$ 80 milhões, dos quais US\$ 40 milhões de empréstimo do FIDA foram outorgados ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e os outros US\$ 40 milhões tiveram o Governo Estadual como contrapartida (MIP, 2013 p. 8).

¹O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é uma agência da ONU sediada em Roma. Foi estabelecida em 1977, em resposta à fome no Sael, discutida na Conferência Mundial de Alimentação em 1974. Tem como missão permitir que populações rurais pobres em países em desenvolvimento superem a pobreza. Desde 1978, já forneceu mais de 18 bilhões de dólares em doações e empréstimos a juros baixos para projetos que beneficiaram cerca de 462 milhões de pessoas (FIDA, 2019).

Para as Instituições multilaterais (FIDA e Fundo Espanhol) que financiam o Projeto Paulo Freire, há um entusiasmo para com o mesmo. Segundo Hardi Vieira, oficial de programas do FIDA, o Projeto Paulo Freire “é um projeto muito bem-sucedido. Além da questão produtiva, o Projeto Paulo Freire conseguiu engajamento de mulheres, jovens, comunidades tradicionais e também de públicos como quilombolas e indígenas” (GURJÃO, 2019, sem paginação).

Atores governamentais que lideram a execução do Projeto Paulo Freire também argumentam sobre os resultados do Projeto. Para o atual Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, o senhor De Assis Diniz “o Projeto Paulo Freire vem impactando na qualidade de vida e na sustentabilidade nos municípios cearenses com menor IDH” (GURJÃO, 2019, sem paginação).

A priorização de investimentos nos processos produtivos é o que tem mantido a geração de emprego e renda, e o Projeto Paulo Freire é o vagão dessa locomotiva, defende Raimundo Martins, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE, 2018).

Ao longo do processo de pesquisa, evidenciou-se a diversidade de realidades advindas dos inúmeros projetos do Governo do Estado, talhados de produtivos ou de combate à pobreza (Projeto São José, FECCOOP, Crédito Fundiário etc). Muitos desses projetos não obtiveram êxito esperado, por diversos fatores, que foram analisados no terceiro capítulo desse trabalho, dando ênfase na historiografia desses projetos e suas dimensões nos territórios contemplados.

Após a Introdução, com a exposição da problematização, o segundo capítulo desta dissertação vai tratar da apresentação dos principais elementos históricos do Bem viver, das reflexões teóricas que direcionaram as mudanças paradigmáticas em contraponto ao desenvolvimento sustentável, bem como, elenca os princípios que sustentam as ideias centrais do *Sumak Kawsay* em discussão, por meio da revisão de literatura sobre o tema, sem a pretensão de esgotar o assunto e assumindo o risco de sua incompletude. Prossegue com uma breve revisão da literatura sobre origens, discursos e práticas que contribuem para a construção da ideia do Bem Viver, para em seguida realçar a sua influência na esfera política, que se materializou no constitucionalismo pluralista das Cartas Magnas da Bolívia e do Equador, a partir de 2008.

O terceiro capítulo contemplará as explicações sobre o Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire (PPF) em suas mais diversas interfaces e etapas. O intuito consiste em analisar as linhas de trabalho do PPF, em

especial, aquelas que incluem o trabalho com a população rural atendida, o desenvolvimento de comunidades; o fortalecimento de organizações econômicas (cooperativas, associações de produtores, empreendimentos associativos, etc.) e uma linha de trabalho especial com juventude e mulheres.

Neste trabalho, trar-se-á para o debate a meta definidora das ações do PPF que é reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará, beneficiando um total de 60 mil famílias.

Objetiva-se dialogar com o desempenho físico do projeto em relação ao Marco Lógico² do mesmo e a sua ressonância frente aos princípios do Bem Viver. Essa sinergia é importante para que, no quarto capítulo dessa pesquisa, possamos apresentar uma análise do quanto a implementação da Política Pública – em nosso objeto empírico de estudos, o PPF – se aproxima ou se afasta dos princípios que sustentam a ideia central do Bem Viver, os limites e as possibilidades dessa conexão.

É muito importante trazer à tona a visão dessas instituições multilaterais que financiam inúmeros projetos de combate à pobreza pelo mundo (FIDA, Banco Mundial, etc.). Isso será feito por meio de entrevistas estruturadas realizadas ao longo desta pesquisa junto a Unidade de Gestão de Projeto – UGP – do Projeto Paulo Freire. Será apresentado o lugar de fala dessas instituições e até que ponto o Governo do Ceará teve autonomia para tocar as diretrizes do Projeto Paulo Freire e a relação com essas instituições multilaterais. Buscou-se esclarecer a noção de Bem Viver que as diversas institucionalidades propagam. Para essas instituições, o Bem Viver é uma alternativa ao extrativismo ou uma nova forma de desenvolvimentismo, mais humano e amigável com a natureza?

Para Pablo Sólon (2019), um dos erros-chaves dos Governos que institucionalizaram o Bem Viver (Bolívia e Equador) é acreditar que o Bem Viver poderia ser plenamente desenvolvido pelo poder estatal, quando na realidade é uma proposta que se constrói na sociedade. Sólon nos diz:

A visão de um Estado todo-poderoso que olha por todos contraria o Bem Viver. É a sociedade que deve se autodeterminar para se contrapor à dinâmica perversa que

² Marco Lógico (ML) é um dos instrumentos mais utilizados no contexto dos projetos de organizações internacionais. Na língua inglesa, chamamos de Logical Framework. A Matriz de Marco Lógico (MML) ou Quadro Lógico é uma ferramenta utilizada para estabelecer a lógica nos projetos de impacto social. Basicamente, a Matriz informa sobre a lógica dos projetos de impacto social, facilita o planejamento e funciona como a referência nos processos de monitoramento e avaliação do projeto. Tal instrumento pode ser utilizado em todas as fases de preparação de um projeto desde a identificação e orientação do problema a ser trabalhado até a execução e avaliação da ação pretendida (INKINSPIRA, 2020, sem paginação).

todo poder estatal carrega. Ao estatizar o Bem Viver começou a abandonar seu poder autogestionário³ e questionador (SOLÓN, 2019, p. 48).

O olhar nessa dissertação está voltando para analisar essa tentativa de institucionalização do Bem Viver, buscando historiar e descrever de que maneira o processo de construção do Projeto Paulo Freire guarda relação com os princípios do *Sumak Kawsay*⁴.

O debate se circunscreve no âmbito de uma ancoragem teórica focada no que Boaventura de Sousa Santos chama de Epistemologias do Sul⁵, ou seja, ao longo dessa proposta investigativa vamos nos aliar a produção teórica de pensadores, pesquisadores, ativistas e políticos latino-americanos, como nos provoca o sociólogo português:

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
 aprender que existe o Sul;
 aprender a ir para o Sul;
 aprender a partir do Sul e com o Sul (SANTOS, 1995, p.508).

A ciência moderna é tanto mais preciosa quanto mais se dispuser a dialogar com outros conhecimentos. O seu potencial é tanto maior quanto mais consciente estiver dos seus limites. Essa é a lição que nos deixa Boaventura de Sousa Santos e que, de forma contumaz, buscamos imprimir na nossa pesquisa de campo, nas entrevistas com os técnicos do Projeto Paulo Freire o que nos possibilitou nessa dissertação uma constelação de conhecimentos que se articularam e enriqueceu mutuamente a presente proposta investigativa.

Para compreender a complexidade do objeto desse estudo, é preciso abrir mão do pensamento simplificador, fragmentado, disciplinar, do raciocínio matemático cartesiano, reducionista e binário que tende a submeter qualquer realidade à relação de causa e efeito. Investigar o Bem Viver e seus princípios em um projeto governamental exige uma abordagem transdisciplinar que “aspire ao conhecimento multidimensional” (MORIN, 2006, p.22).

Esse panorama teórico deve responder ao objetivo geral deste trabalho, que é identificar os princípios do Bem Viver nas ações e projetos implementados pelo Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, ao logo dos seus 6 (seis)

³É a administração de um organismo pelos seus participantes, em regime de democracia direta.

⁴ Analisaremos mas detalhadamente esse conceito no segundo capítulo desse trabalho.

⁵Epistemologias do Sul, na qual o sociólogo Boaventura de Sousa Santos discute sobre o pensamento abissal da epistemologia moderna ocidental e seus fragmentos e lacunas, pois aponta que paira sobre as epistemologias um padrão de hierarquização no qual, assim como as culturas, as epistemologias também foram suprimidas com o processo de colonização. Enfatiza a necessidade de um diálogo e de um resgate de outras formas de saberes. Assim, o conhecimento pós-abissal busca fazer esta ponte, bem como compreender a ecologia de saberes da modernidade. A partir de uma análise crítica de sua obra e seus apontamentos é possível compreender os aspectos centrais que Boaventura de Sousa Santos discute sobre cultura, intersubjetividades e relações sociais no processo epistemológico e, através de seu estudo, podemos compreender as suas relações e desdobramentos.

anos de atuação. E tem-se como objetivos específicos: 1) Conceituar o Bem Viver e elencar os princípios que arregimentam a construção das ideias centrais e críticas ao desenvolvimento; 2) Descrever as ações e os objetivos implementados no Projeto Paulo Freire e compará-las com os princípios do Bem Viver e 3) Analisar a possibilidade de mudanças de paradigma no Projeto Paulo Freire como uma das principais políticas públicas de desenvolvimento rural estadual cearense.

Como eixo metodológico deste trabalho, a pesquisa inicia com a pesquisa bibliográfica e busca de dados secundários sobre as categorias de análise (Bem Viver, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas). Esses dados representaram a plataforma inicial para o alinhamento das etapas seguintes da proposta investigativa. A segunda etapa consiste na pesquisa de campo associada a realização de entrevistas semiestruturadas.

O foco nas categorias de análise constituiu um forte aliado ao longo desta travessia, visto que ajudou no delineamento a pesquisa, definindo quais os melhores trajetos a seguir, e no próprio ato da pesquisa de campo. Como sugere Gohn (2005):

A pesquisa deve começar por uma reflexão sobre o dado imediato e ir apanhando os diversos elementos deste universo sensível, suas várias determinações e significações. Mas o ponto de partida da análise deve ser o das determinações gerais e das categorias envolvidas no fenômeno estudado (GOHN, 2005, p. 257).

Este estudo culmina com o tópico da Conclusão, em que se faz um breve resgate dos pontos principais dessa pesquisa e colocam-se alguns apontamentos conclusivos sobre os princípios do Bem Viver delineados em ações significativas no Projeto Paulo Freire.

2 RUMO A OUTRA NOÇÃO DE RIQUEZA

2.1 Fragmentos do colonialismo

Desde 1492, na atual América (AbyaYala⁶), começou a colonização hispânica e portuguesa. Com esse acontecimento, iniciou-se um processo de genocídio e etnocídio⁷ que continuou na República através da exclusão, segregação e racismo extremo dos povos originários e dos povos capturados (África) e escravizados pelas metrópoles Ibéricas.

As colônias (portuguesa e espanhola) e as repúblicas deixaram traços profundos que são expressos hoje nas aldeias indígenas, nas periferias das cidades, nas zonas rurais e na vida em geral. Se hoje os povos dessa imensa América estão atolados na pobreza não é por causa de nossa deficiência, mas pela exclusão econômica, pela desapropriação de nossas terras comunitária, pelo sistema escravocrata, pelo extrativismo e pela exclusão social baseada no racismo (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2016).

Só no Brasil existiam cerca de cinco milhões de indígenas quando os portugueses aqui chegaram, no início do Século XVI. Com a chegada da primeira leva de europeus, a população indígena foi reduzida a quatro milhões, principalmente por contadas doenças e do extermínio. Atualmente, no Brasil, são cerca de 450 mil indígenas distribuídos por todo o território brasileiro. Ou seja, de cinco milhões, no Século XVI, tem-se hoje apenas 450 mil pessoas indígenas, conforme a FUNAI (FERREIRA, 2016).

Caçados como animais, mortos em guerras bacteriológicas, expulsos para longe de seus domínios, confinados em pequenas reservas, os indígenas foram vítimas de um verdadeiro genocídio, que extinguiu etnias, línguas, culturas. E, o mais inacreditável, em pleno Século XXI continuam sendo perseguidos e tendo seus direitos básicos desrespeitados, por conta da omissão do Estado, que no Brasil, antes de ser expressão de aspirações coletivas, é fortaleza de interesses privados. Como nos fala Luiz Ruffato na sua coluna no Jornal El País: “No Brasil, os índios ocupam o último lugar na escala social. São os mais invisíveis dos

⁶*AbyaYala* na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América. *AbyaYala* vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, por meio das elites crioulas, para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência (PORTOGONÇALVES, 2010, p.33).

⁷O ato de destruir qualquer traço remanescente de uma cultura, seja material, como símbolos ou obras artísticas que possuem representação cultural, seja imaterial, como uma língua ou uma crença religiosa. (CLASTRES, 1980, p. 65)

invisíveis, os mais discriminados entre os discriminados, os mais ultrajados entre os ultrajados. Estão mortos, antes mesmo de morrer” (RUFFATO, 2016, sem paginação).

Com o mesmo grau de crueldade, os colonizadores traficaram cerca de 10 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada na condição de escravos do continente Africano para as Américas, segundo Clóvis Moura, um dos principais sociólogos brasileiros e autor do livro “Dialética Radical do Brasil Negro” (grifo nosso).

Todas essas atrocidades foram cometidas em nome da civilização e da fé que, juntas com a nascente burguesia, não media esforços para subjugar povos e saquear seus recursos naturais, em um processo que Anibal Quijano chamou de colonialidade do poder, assim, vejamos:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005 p.117).

Inaugurou-se uma nova maneira de legitimar antigas noções e práticas de relações entre dominados e dominantes. Com a expansão do colonialismo europeu pelo mundo, se conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica⁸ do conhecimento e, em decorrência, à elaboração teórica de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

Para Anibal Quijano (2001) e Catherine Walsh (2005), a colonialidade atravessa praticamente todos os aspectos da vida e se configura a partir da: (1) colonialidade do poder – refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na categoria de “raça”; (2) colonialidade do saber – reporta-se à suposição de que a Europa se constituía como centro de produção do conhecimento; (3) colonialidade do ser – corresponde à subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados; e (4) colonialidade da natureza e da própria vida – concerne à divisão binária natureza/sociedade, em que se nega a relação

⁸Corresponde a uma expressão que emite a ideia no mundo como um todo de que a Europa e seus elementos culturais são referência no contexto de composição de toda sociedade moderna. De acordo com diversos estudiosos e analistas essa perspectiva se mostra como uma doutrina que toma a cultura europeia como a pioneira da história, dessa forma se enquadra como uma referência mundial para todas as nações, como se apenas a cultura Europeia fosse útil e verdadeira (FREITAS, 2017).

milênar entre mundos biofísicos, humanos, espirituais, descartando-se o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais.

A legitimação desse processo entre “civilizados e não civilizados” agora categorizados por raças inferiores, foi pano de fundo para iniciar um processo de extrativismo sangrento que devastou durante séculos toda a América e que deixou sequelas doloridas na atual sociedade. Para o economista e ambientalista chileno Manfred Max Neef, à abolição foi letra morta em todas as Américas, pois relegou milhares de negros à própria sorte, ele é categórico quando nos diz:

Hoje em dia, início do século XXI, chegamos ao extremo em que há mais escravos do que havia antes da proibição da escravidão no século XIX. Escravos de verdade, não em sentido figurado, dos quais 60% são crianças e os demais, principalmente, mulheres (MAX-NEEF, 2012, sem paginação).

É como nos remete o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro na sua entrevista ao portal do Instituto Humanitas Unisinos. Para ele, a escravidão venceu no Brasil, ela nunca foi abolida e está estruturalmente consolidada na nossa sociedade, no Estado e em todas as instituições ditas republicanas (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2016b).

Todo esse caldo de genocídio, escravidão, colonialismo, processo de ocidentalização e cristianização forjaram a ancoragem que constitui a sociedade brasileira e formatou o atual modelo patológico de desenvolvimento econômico e social vivenciado na nossa contemporaneidade.

2.2 Patologias do *Des-Envolvimento*

O Desenvolvimento é uma das mais antigas e poderosas noções que perpassa a vida política e social no mundo ocidental. Para Robert Nisbet (1969), a noção de desenvolvimento não deve ser encarada como um conceito rígido, passível de ser provado e explicado por meio da racionalidade científica, mas sim como uma metáfora. No seu livro *História da ideia de Progresso* ele expõe a seguinte assertiva:

Muitas das concepções de mundo são criadas a partir de imagens e entendimentos que muitas vezes são sintetizadas por meio de metáforas, e nesse sentido, a metáfora do “desenvolvimento” é uma das mais poderosas no pensamento ocidental, responsável por consolidar uma estrutura de pensamento que, em certa medida, perpassou os povos gregos, a sociedade cristã e culminou como base de formação do mundo moderno (NISBET, 1969, p.113)

Na Fábula de Alice no país das maravilhas, de Lewis Carrol, podemos testemunhar a real dimensão do sentido das palavras externalizado por Robert Nisbet, especialmente na passagem quando o gnomo Humpty Dumpty, afirma a Alice: "Quando utilizo uma palavra, ela significa precisamente aquilo que eu quero que ela signifique. Nada mais, nada menos". Alice contesta que "o problema está em saber se é possível fazer que uma palavra signifique montes de coisas diferentes". Ao que Humpty Dumpty, replica altivamente: "O problema está em saber quem é que manda. Ponto final" (CARROL, 1865, p. 68)

Assim como na fábula de Alice no País das Maravilhas, o significado da palavra desenvolvimento foi determinado pelos que mandam economicamente. Nesse sentido, a metáfora sombria do desenvolvimento teve seu nascimento e batizado no dia 20 de janeiro de 1949. Foi nesta data, uma quinta-feira, que o Presidente norte americano, Harry Truman, fez o seu mais emblemático pronunciamento ao Congresso Nacional e categorizou o mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos, no ponto quatro de seu discurso de posse, declarou:

Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas. (TRUMAN, 1949, sem paginação)

Com sua voz firme e suas palavras fortes e ideológicas, Harry Truman inaugura um novo paradigma ocidental que se espalha por todas as nações:

Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas. (...) Tem de ser um esforço global para obter paz, plenitude e liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. (...) O velho imperialismo – exploração para benefício estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática (ACOSTA, 2016, p. 44).

Era a primeira vez em que se empregava a expressão “subdesenvolvido” (grifo nosso) a propósito de um país que ainda não tivesse atingido o estágio industrial. Fez florescer, por sua vez, a expressão “terceiro mundo”, inventada pouco depois, em 1952, pelo demógrafo Alfred Sauvy. Já para o economista e político equatoriano, Alberto Acosta, o desenvolvimento é algo fantasmagórico e inatingível, segundo ele:

Desde meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito provável que continue assim. (ACOSTA, 2016 p. 43)

O discurso de Truman desemboca, em junho de 1950, na assinatura do *Act for International Development - AID*⁹ (Programa para o Desenvolvimento Internacional). Para os norte-americanos e mais amplamente para os ocidentais, o combate contra o “subdesenvolvimento” seria o substituto da “missão civilizadora” do tempo das colônias como objetivo messiânico. No meio século que se seguiu, se tornaria corriqueiro não mais levar em conta as nações e os povos em sua diversidade cultural, social e humana, mas somente e sim em catalogá-los como “país subdesenvolvido” e “país desenvolvido” em função do Produto Interno Bruto por habitante (PIB/habitante). Era o triunfo da econometria, uma visão contábil e matemática da economia (ALTMAN, 2014).

De 1949 até os dias atuais o mundo se orquestrou para buscar incessantemente e incansavelmente esse tão propalado desenvolvimento, como nos diz Acosta:

Nos quatro cantos do planeta, as comunidades e as sociedades foram – e continuam sendo – reordenadas para adaptar-se ao “desenvolvimento”. Este se transformou no destino comum da Humanidade, uma obrigação inegociável (ACOSTA, 2016, p. 47).

Com a cartilha do desenvolvimento produzida, especialmente pelo mundo ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos e por alguns países Europeus que tinha nos organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, diversas universidades e oligopólios privados começaram uma grande cruzada contra o subdesenvolvimento, receitando os mesmos ingredientes para todos os países “atrasados” e que sonhavam alcançar o mesmo nível de desenvolvimento dos seus tutores do norte global.

O vírus do desenvolvimento também alcançou os países ditos socialistas ou comunistas que com a sua economia planificada¹⁰ estabelecia metas de crescimento

⁹A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é uma agência independente do governo federal dos Estados Unidos, responsável principalmente pela administração da ajuda externa civil e da assistência ao desenvolvimento. Com um orçamento de mais de US \$ 27 bilhões, a USAID é uma das maiores agências de ajuda oficial do mundo e responde por mais da metade de toda a assistência externa dos EUA - a mais alta do mundo em termos absolutos em dólar (GLICK, 1957)

¹⁰Economia planificada é o sistema no qual a organização econômica, as decisões econômicas em geral de uma nação são determinadas por um plano e não pelo mercado. Tal plano é elaborado pelo Estado, isto é, por autoridades e técnicos que trabalham em setores estatais. O resultado é um programa, válido por um determinado período, geralmente de cinco anos, a prática usual dos países que adotaram tal modelo de economia (plano quinquenal). Para que exista uma economia planificada é preciso que todos os meios de produção sejam

econômico solavancadas pelo poderio estatal (forças produtivas). Foi nessa época, conhecida como Guerra Fria, que a luta entre capitalismo e comunismo se fortaleceu, mas sempre tendo o desenvolvimento como matriz dessa guerra que, como um buraco negro, sugava a todos para o seu centro gravitacional, inclusive aqueles países que se diziam não alinhados, também sonhavam com desenvolvido, como nos fala Miriam Lang (2016):

Os países não alinhados subscreveram o “desenvolvimento” como objetivo na Conferência de Bandung. Os Governos das jovens repúblicas independentes, por exemplo, na África, ansiavam sentar na mesa da ONU e participar do ranking do “desenvolvimento. Para eles, significava ser reconhecidos, fortalecer sua soberania nacional. (LANG, 2016, p. 26, grifo da autora)

Passado todo esse tempo (de 1949 a 2019), a velha ópera, tão cantada pelos países imperialistas, que tinha na sua melodia o progresso, a tecnologia, a qualidade de vida e a riqueza para todos, não conseguiu cumprir a sua missão utópica de elevar todos os países ao primeiro mundo. Como nos diz cristalinamente André Gunder Frank, um conceituado sociólogo e economista alemão, ele afirma:

Desta maneira, os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do “atraso” e chegar ao desejado “desenvolvimento”. Ao longo das últimas décadas, quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muito poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente desenvolvimento (FRANK, 2013, p.3).

A fé e os dogmas do desenvolvimento começaram a serem questionados, pois a execução dos seus postulados não garantia os resultados vendidos pelos governos e pelos xerifes da economia globalizada. O sonho de entrar no clube dos ricos ficou cada vez mais longínquo de sua concretude. Mas, mesmo em crise, o desenvolvimento tem uma capacidade de repaginar-se, de construir novos *layouts*, de viabilizar novos significados, de remodelar-se, mas sem perder a essência do seu funcionamento na visão de José María Tortosa:

O funcionamento do sistema mundial contemporâneo é “maudesenvolvedor” em sua própria lógica, já que está baseado em uma ideia de “eficiência que trata de maximizar os resultados, reduzir custos e obter a acumulação incessante de capital” (TORTOSA, 2008, p. 31, grifo do autor).

Colabora com esse pensamento o economista e ex-vice-ministro de Economia do Equador, Pablo Dávalos quando afirma que:

estatizados. Assim, o Estado passa a ser o proprietário de todas as empresas importantes: bancos, indústrias, meios de transporte etc. (INFOESCOLA, 2019).

[...] Se deveria abandonar a ideia de desenvolvimento, porque implica em violência, imposição, subordinação. Não se pode desenvolver ninguém, porque cada sociedade tem sua própria cosmovisão que deve ser respeitada, e, se nessa cosmovisão não existe o desenvolvimento nem o tempo linear, então não se pode desenvolvê-la, pensando que se está fazendo um bem a essa sociedade, quando, na verdade, ela está sendo violentada de forma radical. (SBARDELOTTO, 2010, p.1)

Mesmo sob forte ataque, a noção de desenvolvimento, progresso e crescimento resiste, mas começa a metamorfosear-se na construção de novos sobrenomes que pudessem vender a imagem de um novo conceito ou de uma nova prática. Como nos fala mais uma vez Alberto Acosta, replicando as afirmações de AnibalQuijano:

Colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos pela trilha do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas. (ACOSTA, 2016 p. 48)

No entanto, nenhuma dessas novas terminologias tocou drasticamente no cerne do desenvolvimento que é a noção de progresso linear expresso em termos de crescimento econômico. Possivelmente, a noção de desenvolvimento sustentável tenha sido a mais bem sucedida das invenções capitalistas da modernidade, aquela que empolgou mais a academia, os governos, o terceiro setor e o mundo empresarial, mas após quatro décadas da sua estreia não temos muito que comemorar.

2.3 O insustentável desenvolvimento

O Desenvolvimento Sustentável – DS – tem se colocado, na literatura específica, como a ideia central de que as ambições da humanidade possam atender às necessidades atuais, sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo. Tais concepções constituídas sobre o desenvolvimento já haviam começado a ser sistematizadas na década de 1940. Vejamos o que nos propõe José Eli da Veiga no seu livro para Entender o Desenvolvimento Sustentável:

Desenvolvimento sustentável é a ambição de que a humanidade venha a atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo. Essa é a definição mais legítima, mas conhecida e mais aceita, além de ter sua origem devidamente certificada. (VEIGA, 2015, p. 8)

Segundo as ponderações de Rodolfo Pena, o conceito de desenvolvimento sustentável foi oficialmente declarado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia, e, por isso, também chamada de Conferência de Estocolmo.

Foi com essa ideia chave, de crescer no viés econômico, social e cultural, sem decrescer a natureza, tendo como horizonte a possibilidade de legar as gerações de humanos no futuro as mesmas chances de viver com equilíbrio, que o desenvolvimento sustentável se tornou princípio orientador e a diretriz central de governos e demais instituições em todo o globo.

Mais uma vez, reporta-se a José Eli da Veiga, pois ele condensa com muita didática esse momento vivenciado pela proliferação do desenvolvimento sustentável:

Nos decênios que se seguiram a esse marco histórico de 1987 foram propostas muitas outras formulações, que talvez até possam ser mais precisas e rigorosas. Entretanto, nenhuma delas pode deixar de contemplar seu âmago: a novíssima ideia de que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (VEIGA, 2015p. 9).

Essa responsabilidade com as futuras gerações tonifica os principais debates sobre o desenvolvimento sustentável, sendo sua principal ancora teórica para reforçar a sua defesa epistemológica. Seria uma espécie de ética da responsabilidade. Como afirma o filósofo de origem alemã radicado nos Estados Unidos, Hans Jonas, devemos pensar numa ética em uma perspectiva não restrita ao tempo presente e ao âmbito intra-humano, mas, sim, em relação ao futuro e à natureza como um todo. Jonas questiona o nosso dever de basearmos nossas ações levando em conta aqueles que ainda não vieram e que, continuando o atual avanço tecnológico, possam jamais vir à existência (JONAS, 2006).

Jonas sustenta que a sobrevivência humana depende de nossos esforços para cuidar do planeta e de seu futuro. Formulou um novo e característico imperativo moral supremo: “Atuar de forma que os efeitos de nossas ações sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana genuína” (JONAS, 2006, p. 21).

Foi o princípio da responsabilidade¹¹ que deu base e sustentação política e ideológica para o fortalecimento do processo de legitimação do conceito de desenvolvimento

¹¹O princípio responsabilidade trata de um tema central para a sobrevivência física e espiritual da humanidade - a busca de uma ética para a civilização tecnológica. A partir de um ponto de vista ontológico, Hans Jonas retoma as questões sobre a relação entre ser e dever, causa e finalidade, natureza e valor. Busca ultrapassar o subjetivismo dos valores para fundamentar no ser o dever do homem moderno. Certas transformações em nossas

sustentável no âmbito global. Para o professor da UnB, Marcel Bursztyn, em entrevista na Revista do Instituto Humanitas Unisinos, é possível constituir um sintético e importante resumo da historiografia da ideia de sustentabilidade assim vejamos:

A ideia de sustentabilidade foi resultado de um processo. Já em 1972, quando da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ficou claro que seria preciso qualificar o “desenvolvimento”, de forma a diferenciar as práticas correntes de degradação ambiental de novos procedimentos, mais condizentes com a percepção da finitude dos recursos naturais. O conceito que se consagrou naquela época foi o de “ecodesenvolvimento”, ou seja, uma compatibilização da dinâmica da economia com os imperativos ecológicos. Quinze anos depois, já no processo de preparação da Conferência Rio-92, surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que na prática é uma evolução daquele anterior. Nos moldes como foi definido, significa buscar o aumento na produção de riquezas, mas sem sacrificar o direito das futuras gerações ao uso frutuoso das mesmas condições ambientais de vida atuais. (IHU Online, p.1).

Para o Professor Carlos Julio Jara, ex-diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e professor de Sociologia, Economia Agrária e Modelos de Desenvolvimento da Universidade Católica de Quito no Equador, o foco do desenvolvimento tem que ser as pessoas e não as coisas. Segundo ele:

O conceito tradicional de desenvolvimento associa-se à produção de bens materiais para a satisfação das necessidades básicas e para a melhoria das condições de vida. A proposta atual pauta-se em perspectiva holística, tendo por foco o desenvolvimento do ser humano. Parte do capital social, do capital humano e do empoderamento para conteúdo à real democracia (JARA, 2001, p.24).

Em outra passagem do seu Livro, as Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável, o professor Carlos Jara teoriza sobre essas dimensões, afirmando que:

Espiritualizar o processo de desenvolvimento consiste em transformar as energias negativas contidas na permanente luta entre atores sociais e agentes políticos assim como nos relacionamentos patológicos, injustos, discriminatórios, agressores à natureza, corruptos e cínicos. Tem-se de investir, sem paternalismo, em equipamentos sociais básicos para salvar vidas humanas, na produtividade da terra para minimizar os efeitos ambientais negativos e na educação da população para uma vida cívica de responsabilidade (JARA, 2001, p.83).

O economista e sociólogo polonês Ignacy Sachs, precursor do conceito de ecodesenvolvimento – designava, na década de 1970, um modelo mais equânime e

capacidades, ele diz, acarretaram uma mudança na natureza do agir humano. E, já que a ética tem a ver com o agir, a natureza modificada do agir humano também impõe uma modificação na ética. (JONAS, 2006)

ambientalmente correto de produção, distribuição e consumo de bens. No seu Livro – Desenvolvimento Incluyente, Sustentável Sustentado – o renomado professor Sachs explica o que seria esse novo conceito/prática de desenvolvimento. Eis a assertiva:

A maneira natural de definir o desenvolvimento incluyente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido, como já mencionou, na bibliografia latino-americana como excluyente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza). O desenvolvimento incluyente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. (SACHS, 2002, p. 38)

É possível perceber que ao longo das últimas décadas diversos autores, cientistas, intelectuais e políticos debruçaram-se para tencionar o debate sobre a importância e o fortalecimento das práticas do desenvolvimento sustentável (e das suas derivações), nos governos e nas sociedades como um todo, no entanto, mesmo com certa unanimidade sobre a importância do desenvolvimento sustentável percebemos um profundo fracasso na execução das ações voltadas para a efetivação econômico e social que reduzisse a pobreza (não somente material), que fortalecesse as práticas políticas democráticas e que apontasse para uma sociedade pós-extrativista¹².

Gudynas (2019) traz a ideia de queo pós-extrativismo busca trazer elementos para a superação de paradigmas primário-exportadores e extrativistas. Ressalta-se ainda a necessidade de entendimento dos sentidos mais profundos de diferentes povos sobre a relação deles com o território, a natureza, a vida em comunidade.

O desenvolvimento tem acontecido de maneira cada vez mais insustentável. A meta de uma sociedade justa está cada vez mais distante. Embora o mundo tenha conseguido reduzir a extrema pobreza e diminuir as taxas de mortalidade infantil, nos últimos 200 anos, a apropriação da riqueza tem acontecido de maneira cada vez mais desigual. O relatório sobre a riqueza global 2017, do banco CreditSuisse¹³, mostra que 8,6% dos adultos do topo da pirâmide de riqueza detêm 86% do patrimônio global. Segundo a Oxfam, os oito homens mais ricos do mundo possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade.

O pesquisador Clóvis Cavalcanti (2012), com base nos princípios da economia ecológica, caracteriza o atual modelo hegemônico de desenvolvimento como “*Extrai-Produz-Descarta*”. Ele explica como funciona o modelo:

¹²O trabalho de Alberto Acosta, Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista/Alberto Acosta,Ulrich Brand. São Paulo: Elefante, 2018, nos dá um maior aprofundamento sobre sociedades pós-extrativistas.

¹³. Zurich, Switzerland. 14 de novembro 2017

O que a economia moderna faz, na verdade, em última análise, é cavar um buraco eterno que não para de aumentar (extração de matéria e energia de baixa entropia). Cumprido o processo do transumo, os recursos terão virado inevitavelmente dejetos – matéria neutra, detritos, poeira, cinzas, sucata, energia dissipada – que não servem para quase absolutamente nada (matéria e energia de alta entropia) (CAVALCANTI, 2012, p.40).

De acordo com artigo publicado na Revista Online do Instituto Humanitas Unisinos – IHU:

A sustentabilidade exige menos crescimento econômico, menores áreas ecúmenas¹⁴ e maiores áreas anecúmenas¹⁵. A humanidade só será salva se salvar o meio ambiente e as demais espécies que compartilham a nossa morada comum. A pegada ecológica¹⁶ precisa ficar abaixo da biocapacidade¹⁷. A tecnologia ajuda, mas é preciso ir além do “Paradoxo de Jevons¹⁸”, dizer não ao egoísmo e ao especismo e sim ao altruísmo e ao ecocentrismo(IHU Online, 2018, p.1).

Para Cavalcante (2012)“Só haverá sustentabilidade, de fato, com uma sociedade biocêntrica, com mais ECOlogia e com menos ECONomia marrom que degrada a natureza”.Para sublinhar essa noção de Biocentrismosegue a conceituação de Robert Elliot, citado por Daniel Braga Lourenço no seu livro *Qual o Valor da Natureza? Uma introdução a Ética Ambiental*. Vejamos:

Tal como o próprio nome indica, a principal postulação proveniente do biocentrismo é a de que todos os organismos vivos possuem valor intrínseco, são fins em si mesmos. Não somente seres humanos, mas todos os seres vivos, animais, vegetais e até mesmo micro-organismo, pelo mero fato de serem vivos (o critério fundamental é a essência biológica), possuiriam um interesse fundamental em realizar suas potencialidades biológicas. Seriam centros teleológicos de vida: “por exemplo, danificar uma planta, ou agir contra seus interesses, é agir no sentido de impedir seu florescimento ou frustrar suas finalidades biológicas próprias” (ELLIOT, 1995, p. 10, apud LOURENÇO, 2019, p. 77).

É com essa sentença que verificamos no cone sul americano diversas experiências que ousam romper com essa lógica de aniquilação da natureza, da perpetuação do

¹⁴ É a área habitável ou habitada da Terra e apresenta condições adequadas à ocupação humana.

¹⁵ Designa uma área emersa da superfície terrestre que não seja habitada pelo homem de forma permanente.

¹⁶ A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta. Um hectare global significa um hectare de produtividade média mundial para terras e águas produtivas em um ano (WWF, 2019).

¹⁷ Representa a capacidade dos ecossistemas em produzir recursos úteis e absorver os resíduos gerados pelo ser humano.

¹⁸ O Paradoxo de Jevons (ou efeito bumerangue – reboundeffect) é uma expressão usada para descrever o fato de que o aperfeiçoamento tecnológico ao aumentar a eficiência com a qual se usa um recurso ou se produz um bem econômico, o mais provável é que aumente a demanda desse recurso ou produto. (Alves, Ecodebate 2011).

colonialismo nas suas diversas faces e propor novas maneiras de transição para uma nova sociedade. A pergunta que nos remete Alberto Acosta: “Será possível escaparmos do fantasma do desenvolvimento”? Ele mesmo assevera: “A grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las”(ACOSTA,2016, p 21).

Essa nova sociedade imaginada e defendida por povos autóctones e diversos intelectuais rompe com as tradições eurocentristas, capitaneadas pelo capitalismo e pelo socialismo que se digladiaram ao longo dos últimos 200 anos e que tão maléficos foram para a humanidade e muito mais para a natureza. Como nos fala, com muita precisão, o chancelar indígena da Bolívia David Choquehuanca, a filosofia do Bem Viver indígena postula-se como uma “terceira via” entre as duas grandes opções políticas e econômicas do século XX. O capitalismo baseia-se na obtenção da mais-valia, do lucro, da “*plata*”. O socialismo atende à satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano. O Bem Viver, apesar das coincidências com o socialismo, dá um passo além na defesa de um princípio geral: a vida (CHOQUEHUANCA, 2015).

2.4 Renovar horizontes

O final dos anos 2000 marcou, com maior veemência, a disseminação do conceito do Bem Viver, cujas ideias centrais, predominantes na América Latina, particularmente na área andina, constituíram-se como uma corrente de pensamento e foram especialmente consolidadas após sua incorporação nas Constituições equatoriana e boliviana.

O Bem Viver – BV – é um conceito que foi identificado com o *Sumak Kawsay* (Quechua) e com o *SumaQamaña* (Guarani). Em termos gerais e numa tradução generalista, pode ser compreendido como *vida em plenitude*.

Apesar dos anos 2000 marcarem com maior ênfase o conhecimento e aplicação do Bem Viver e seus princípios, no ano de 1983, Philippe Descola publicou um trabalho etnográfico resultante de uma pesquisa de campo realizada de 1976 a 1980, cujo campo empírico foi o povo Achuar, na Amazônia equatoriana. No capítulo 9, Descola (1988, p. 415, tradução própria) enfatiza que:

A eficácia de um sistema econômico não é tanto uma função da quantidade de riqueza que gera quanto de sua capacidade de atender aos objetivos a ele atribuídos. Nas sociedades em que a produção é orientada principalmente para valores de uso, esses objetivos são culturalmente limitados e sem alternativa. Assim, para os Achuar, o principal objetivo de um bom uso da natureza não é a acumulação infinita

de objetos de consumo, mas a obtenção de um estado de equilíbrio que eles definem como o "bem viver" (shirwaras).

Inspirados no trabalho investigativo de Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e García-Álvarez (2016) e no esforço metodológico de responder aos objetivos específicos traçados na presente proposta investigativa, levaremos a construção conceitual do Bem Viver centrada em dois eixos: a elaboração de um conceito filosófico do Bem Viver, centrada sobre os pressupostos, postulados e princípios, bem como a identificação de Políticas Públicas que deveriam constituir a construção político-operacional do Bem Viver, cuja implementação possa se converter em realidade nos sistemas socioeconômicos da América Latina, e, de forma mais específica, no Projeto Paulo Freire, proposta empírica aqui analisada.

O conceito filosófico de Bem Viver foi utilizado nos anos 1990 no seio da Filosofia da Libertação, como sentido para a realização das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Nesse aspecto, Bem Viver exige mudar o modo de produzir e consumir. O Bem Viver é tratado em seus fundamentos filosóficos, ecológicos e econômicos no horizonte do paradigma solidário da abundância e em suas dimensões de complexidade e libertação (MANCE, 2012).

Tendo como inspiração a cosmovisão dos povos andinos e, de forma institucionalizada, a partir das reformas e publicações das Constituições da Colômbia (1994), Venezuela (1999), Equador (2008) e da Bolívia (2009), juristas como o argentino Zaffaroni (2012) e Boaventura (2010) as elencaram e inscreveram como marcos jurídicos, denominados de “neoconstitucionalismo latinoamericano¹⁹”. O *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay* vem se descortinando como um novo paradigma e um contraponto ao desenvolvimento sustentável, sob a pauta da prevalência da cultura da vida e a relação de interdependência entre os seres vivos, sendo essencialmente regulado pelo valor da harmonia e fundamentado em princípios como reciprocidade e complementaridade.

Ao se caminhar sobre a construção de um conceito, a preocupação linguística com o termo – *Sumak Kawsay* – e suas traduções tem sido também o cuidado inicial de alguns autores (MAMANI, 2010; ACOSTA, 2016; ALBO, 2017). Sendo uma expressão de complexa tradução e com arriscado uso inapropriado de sinônimos românticos, seus sentidos nomeiam um conjunto de ideias que vem ocupando espaço na política, nos movimentos

¹⁹Alguns países da América do Sul passaram por processos de alteração de suas constituições. O novo modelo é fruto de reivindicações sociais de parcelas historicamente excluídas do processo decisório nesses países, notadamente a população indígena. O processo de alteração nas constituições culminou na promulgação das constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) e tem sido chamado por alguns estudiosos de “novo constitucionalismo latino-americano” (ALVES, 2012)

sociais e no mundo acadêmico, com maior adesão no início dos anos 2000. Bem Viver diz respeito à satisfação de um coletivo em relação aos diversos aspectos da vida, como teoriza o sociólogo e político peruano, Anibal Quijano. Para ele:

“Bem Viver” e “Bom Viver” são os termos mais difundidos no debate do novo movimento da sociedade, sobretudo da população vista como indígena na América Latina, a partir de uma existência social diferente da que nos tem imposto a “Colonialidade” do Poder. “Bem Viver” é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência “indígena” contra a “Colonialidade” do Poder. Foi, notavelmente, cunhada no Vice-Reino do Peru, por nada menos que Guamán Poma de Ayala, aproximadamente em 1615, em sua *Nueva Coronica e Buen Gobierno* (QUIJANO, 2013, p. 67, grifo do autor).

Para o uruguaio e membro do Centro Latino Americano de Ecologia Social, Eduardo Gudynas, “O Bem Viver ou Viver Bem engloba um conjunto de ideias que está sendo forjado como reação e alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p.32). A conceituação do Bem Viver é também caracterizada por sua crítica ao crescimento econômico, opulência, consumismo e produtivismo²⁰. Questiona o princípio “a pessoa vale o que tem” das sociedades capitalistas que leva a acumular riqueza ilimitadamente e propõe um princípio de suficiência: só deve ser tirado da natureza o suficiente para sobreviver. Paralelamente, na noção de Bem viver, o princípio da igualdade e a redistribuição de os excedentes, pois considera que o enriquecimento de certas famílias gera diferenças e quebra a harmonia social (HIDALGO *et al*, 2014).

Acosta nos traz uma dimensão do conceito de Bem Viver que dialoga com esse momento que estamos vivendo, de crises de utopias e de novos imaginários que nos alimente para a vida diária, ele afirma:

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas. (ACOSTA, 2016, p. 29)

E continua sua serena conceituação:

A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais. Poderia ser inclusive um detonante para enfrentar propositivamente a crescente alienação de uma grande maioria dos seres humanos. Em outras palavras, a discussão sobre o Bem Viver não deveria circunscrever-se às realidades andina e amazônica. Apesar de reconhecermos a

²⁰Doutrina que considera a produção máxima o fim único da evolução social vê o livro de Maristella Svampa *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências*, Elefante 2019.

extrema dificuldade para se construir o Bem Viver em comunidades imersas no turbilhão do capitalismo, estamos convencidos de que há muitas opções para começar a praticá-lo em outros lugares do planeta, inclusive nos países industrializados. (ACOSTA, 2016 p.39)

Esse reflorescimento do Bem Viver na América Latina está relacionado à luta pela descolonialidade do poder na dimensão, conforme nos fala Anibal Quijano:

“Esse novo horizonte de sentidohistórico, a defesa das condições de sua própria vida e das demais neste planeta, já está firmado nas lutas e nas práticas sociais alternativas da espécie. Em consequência, contra toda a forma de dominação/exploração na existência social. É dizer, uma “Des/Colonialidade” do Poder como ponto de partida, e a autoprodução e reprodução democrática da existência social, como eixo contínuo de orientação das práticas sociais” (QUIJANO,2013, p.12)

Num artigo intitulado “*Nem melhor, nem bem: viver em plenitude*”, Esperanza Martinez propõe:

Só o fato de nos atrevermos a pensar que a meta é a plenitude e que a plenitude supõe relações de harmonia, não de hostilidade; condições de saúde, não de doença; relações de solidariedade, não de competição, nos leva a repensar a nós mesmos com a natureza e a superar a ideia cultivada na modernidade e santificada pela ciência ocidental (a religião) de que a natureza é algo hostil, que devemos dominar para sobreviver, e que aqueles que sobreviverão sempre serão os mais fortes (IHU Online, 2010, p.1).

Esperanza Martínez, bióloga equatoriana e fundadora da ONG ambiental – *Acción Ecológica*, enfatiza as duas coisas que para ela são centrais no bem viver: o sentido de pertença à natureza e o sentido da comunidade. Segundo Martínez:

No Bem viver a meta é a plenitude e que essa plenitude supõe relações de harmonia, não de hostilidade; condições de saúde, não de doença; relações de solidariedade, não de competição, nos leva a repensar a nós mesmos com a natureza e a superar a ideia cultivada na modernidade e santificada pela ciência ocidental (a religião) de que a natureza é algo hostil, que devemos dominar para sobreviver, e que aqueles que sobreviverão sempre serão os mais fortes (Online, 2010, p.1).

O debate sobre o Bem Viver ultrapassa os diálogos dos movimentos indígenas e acadêmicos e chega aos Governos e nas suas formas de políticas públicas. Foi assim que em 2008 a Constituição equatoriana incorporou pela primeira vez a noção de Bem Viver (*Sumak Kawsay*) no seu texto constitucional, inaugurando uma cosmovisão indígena no direito positivado daquela nação. Esse fato foi crucial para a ampliação do debate sobre o Bem Viver e suas várias correntes em toda a América Latina.

Viver Bem é viver em plenitude. Saber viver em harmonia e equilíbrio; em harmonia com os ciclos da Mãe Terra, o cosmos, a vida e a história, e em equilíbrio com todas as formas de existência em respeito permanente (MAMANI, 2010).

E esse é, precisamente, o caminho e o horizonte da comunidade, que implica primeiro saber viver e depois saber viver juntos. Você não pode viver bem se os outros viverem mal ou se a Mãe Natureza estiver danificada. Viver bem significa entender que a deterioração de uma espécie é a deterioração do todo (MAMANI, 2010).

Com a constitucionalização da noção de Bem Viver na Carta Magna do Equador, legitima-se legalmente a natureza como sujeito de direitos. Esses direitos foram inspirados pela compreensão da visão de mundo indígena que tudo tem vida e tudo está relacionado a tudo, fortalecendo uma orientação biocêntrica ao texto constitucional. Trazemos à baila o enunciado do livro de Acosta que clarifica essa posição constitucional do Bem Viver:

No Equador, reconheceu-se a Natureza como sujeito de direitos. Esta é uma postura biocêntrica que se baseia em uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que o meio ambiente – todos os ecossistemas e seres vivos – possui um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos (ACOSTA, 2016, p.22).

Segundo Karl Polanyi “O Bem Viver procuraria desenvolver e promover políticas democráticas que protejam a sociedade humana e a natureza a tendência autodestrutiva do mercado livre” (POLANYI, 2000, p.31).

É fundamental, para a compreensão do Bem Viver e de seus princípios, o entendimento sobre o paradigma comunitário, que está consolidado no imaginário coletivo dos povos originários, formando uma concepção cosmogônica comunitária arraigada nas relações coletivas, em que o individual não desaparece, mas o indivíduo constitui parte de um todo que está em permanente busca da harmonia e da complementariedade.

Mamani fala com muita segurança sobre esse processo quando afirma:

Os povos originários percebem a complementaridade, com uma visão multidimensional, concebemos mais premissas do que apenas sim e não; como "inach ou inaj", termos que em aymara se referem a um "ponto de encontro", de equilíbrio e integração. Na complementaridade da comunidade, o indivíduo não desaparece dentro da comunidade, mas emerge na sua capacidade natural dentro da comunidade. É um estado de equilíbrio entre comunidade e individualidade (MAMANI, 2010, p. 33, tradução nossa).

Podemos dimensionar o Bem Viver como a essência filosófica da vida comunitária dos povos originários, essa noção de vida plena relacionada à simbiose com a

natureza, compreendendo que somos partes integrantes e não litigantes desse processo. Como nos diz Leonardo Boff:

O Buen Vivir aponta uma ética do suficiente para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo. O Buen Vivir supõe uma visão holística e integradora do ser humano, imerso na grande comunidade terrena que inclui, além do ser humano, o ar, a água, o solo, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com Pachamama (a Terra), com as energias do universo e com Deus. (BOFF, 2016, p. 210)

A busca pela desmaterialização da vida e a valorização das múltiplas formas de vidas são os fios condutores desta epistemologia, que surge endogenamente nos Andes amazônicos, mas que outras formas similares de relacionamento entre humanos e entre não humanos também são possíveis de serem vistos, como o ubuntu na África, quando afirma que “eu sou porque nós somos”. Eu sou humano, e a natureza humana implica compaixão, partilha, respeito, empatia. O ubuntu traz a noção de humanidade para com os outros. O bem viver está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidade rurais(ACOSTA, 2016).

Do ponto de vista acadêmico, podemos pensar o Bem Viver na perspectiva de construção e da viabilidade da adoção de uma relação sustentada em cooperação, em substituição à competição; de respeito e cuidado com o ambiente e com os bens comuns em substituição à predação; de reconexão com o ambiente e de recuperação do sentimento de pertencimento ao lugar (MEDINA, 2011).

Bem Viver é uma expressão dos povos originários latino-americanos que significa “viver bem entre nós”, em uma convivência comunitária intercultural, sem assimetrias de poder (QUINJANO, 2013). É um modo de viver sentindo-se parte da comunidade; no qual a comunidade representa tudo: animais, plantas, água, minerais e espíritos.

Fernando de La Cuadra, importante sociólogo chileno em Artigo publicado recentemente traz uma acepção bem holística do Bem Viver quando sentencia que:

O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade³ (CUADRA, 2015, sem paginação).

Para Pablo Sólón não há um decálogo do Bem Viver. Toda tentativa de defini-lo de maneira absoluta o asfixia. O que podemos fazer é nos aproximamos de sua essência(SOLÒN, pág. 23 2019). A força do Bem Viver, em comparação com outras alternativas, está nos seguintes elementos:

Sua visão do todo ou da pacha²¹;
 A convivência na multipolaridade²²;
 A busca do equilíbrio²³;
 A complementaridade da diversidade²⁴;
 A descolonização²⁵(SOLÓN, pág. 23 2019).

Com a positivação do Bem Viver nas constituições do Equador e da Bolívia na última década, os princípios foram incorporados ao texto constitucional daquelas nações. Vejamos o que nos diz o artigo 8º da Carta Magna do Estado Plurinacional da Bolívia aprovado em 2009 (p. 3):

PRINCÍPIOS, VALORES E FINS DO ESTADO

Art. 8. I. O Estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama ghillá, ama llulla, ama suwa (não seja frouxo, não seja mentiroso, nem seja ladrão), suma gamaña (viver bem), ñandereko (vida harmoniosa), tekokavi (vida boa), ivimaraei (terrassem mal) e qhapajñan (caminho ou vida nobre).

II. O Estado se sustenta nos valores de unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, complementariedade, harmonia, transparência, equilíbrio, igualdade de oportunidades, equidade social e de gênero na participação, bem estar comum, responsabilidade, justiça social, distribuição e redistribuição dos produtos e bens sociais para viver bem.

Susana Merino, conceituada socióloga Argentina nos brinda com uma formulação teórica profunda sobre a conceituação do *Sumak Kawsay*, quando afirma que:

O *Sumak Kawsay* “bem viver” ou, melhor ainda, “bem conviver”, que se traduz na necessidade de empreender um caminho para o bem-estar geral, diferente daquele que o tão propalado desenvolvimento parecia prometer, resgatando experiências ancestrais que valorizem novamente e em primeiro lugar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, de todas as pessoas”(MERINO, 2013, sem paginação).

²¹ O “todo” é a Pacha, conceito andino que muitas vezes foi traduzido simplesmente como mãe terra – daí a referencia a Pacha Mama como a Mãe Terra. No entanto, Pacha tem um sentido muito mais amplo, com uma compreensão indissolúvel entre espaço e tempo. (SOLON, 2019)

²² Para o Bem Viver, sempre há uma dualidade: tudo tem pares contraditórios. O individuo e a comunidade são polos de uma mesma unidade, e uma pessoa só existe enquanto atua pelo bem comum da comunidade a que pertence. Sem comunidade não há individuo, e sem seres singulares não há comunidades. (SOLÓN, 2019)

²³ O Objetivo do Bem Viver é a busca do equilíbrio entre os diferentes elementos que compõe o todo. Uma harmonia não apenas entre seres humanos, mas também entre os humanos e a natureza, entre o material e o espiritual, entre o conhecimento e a sabedoria, entre diversas culturas e entre diferentes identidades e realidades (SOLÓN, 2015)

²⁴ Complementar significa ver a diferença como parte do todo, porque a alteridade e a particularidade são intrínsecas à natureza e à vida. Nunca seremos todos iguais. O que devermos fazer é respeitar a diversidade e encontrar maneiras de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas (SOLÓN, 2015)

²⁵ Descolonizar-se é dismantelar esses sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam. É um processo de fôlego, que não se produz de uma vez e em definitivo. Podemos reconhecimento constitucional pleno de nossa identidade cultural e continuar prisioneiros de uma visão consumista ocidental. Essa é, talvez, a parte mais difícil da descolonização: liberar mentes e almas capturadas por conceitos falsos e alheios (SOLÓN, 2015)

Para o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, a filosofia do Bem Viver indígena postula-se como uma “terceira via” entre as duas grandes opções políticas e econômicas do século XX.

Em uma longa entrevista ao jornal La Razon, em 2010, o Chanceler Boliviano elencou a cosmovisão andina sobre os principais postulados do Bem Viver e como eles se articulam entre si na perspectiva da reconexação entre os princípios genéricos do Bem Viver e a vivência comunitária dos humanos em harmonia com a natureza. Nessa entrevista, Choquehuanca (2015) apresenta os postulados do Bem Viver:

Priorizar a vida

Viver Bem é buscar a vivência em comunidade, onde todos os integrantes se preocupam com todos. O mais importante não é o ser humano (como afirma o socialismo) nem o dinheiro (como postula o capitalismo), mas a vida. Pretende-se buscar uma vida mais simples. Que seja o caminho da harmonia com a natureza e a vida, com o objetivo de salvar o planeta e dar a prioridade à humanidade.

Obter acordos consensuados

Viver Bem é buscar o consenso entre todos, o que implica que mesmo que as pessoas tenham diferenças, na hora de dialogar se chegue a um ponto de neutralidade em que todas coincidam e não se provoquem conflitos. “Não somos contra a democracia, mas o que faremos é aprofundá-la, porque nela existe também a palavra submissão e submeter o próximo não é viver bem”, esclareceu o chanceler David Choquehuanca.

Respeitar as diferenças

Viver Bem é respeitar o outro, saber escutar todo aquele que deseja falar, sem discriminação ou qualquer tipo de submissão. Não se postula a tolerância, mas o respeito, já que, mesmo que cada cultura ou região tenha uma forma diferente de pensar, para viver bem e em harmonia é necessário respeitar essas diferenças. Esta doutrina inclui todos os seres que habitam o planeta, como os animais e as plantas.

Viver em complementaridade

Viver Bem é priorizar a complementaridade, que postula que todos os seres que vivem no planeta se complementam uns com os outros. Nas comunidades, a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, etc. Um exemplo colocado pelo Chanceler especifica que o homem não deve matar as plantas, porque elas complementam a sua existência e ajudam para que sobreviva.

Manter equilíbrio com a natureza

Viver Bem é levar uma vida equilibrada com todos os seres dentro de uma comunidade. Assim como a democracia, a justiça também é considerada excludente, de acordo com o chanceler David Choquehuanca, porque só leva em conta as pessoas dentro de uma comunidade e não o que é mais importante: a vida e a harmonia do ser humano com a natureza. É por isso que Viver Bem aspira a ter uma sociedade com equidade e sem exclusão.

Defender a identidade

Viver Bem é valorizar e recuperar a identidade. Dentro do novo modelo, a identidade dos povos é muito mais importante do que a dignidade. A identidade implica em desfrutar plenamente de uma vida baseada em valores que resistiram mais de 500 anos (desde a conquista espanhola) e que foram legados pelas famílias e comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos.

Aceitar as diferenças

Viver Bem é respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no mesmo planeta. Ultrapassa o conceito da diversidade. “Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas”, diz o Chanceler. Esta colocação se traduz em que os seres semelhantes ou diferentes jamais devem se ofender.

Priorizar direitos cósmicos

Viver Bem é dar prioridade aos direitos cósmicos antes que aos Direitos Humanos. Quando o Governo fala de mudança climática, também se refere aos direitos cósmicos, garante o Ministro das Relações Exteriores. “Por isso, o Presidente (Evo Morales) diz que vai ser mais importante falar sobre os direitos da Mãe Terra do que falar sobre os direitos humanos”.

Saber comer

Viver Bem é saber alimentar-se, saber combinar os alimentos adequados a partir das estações do ano (alimentos de acordo com a época). O ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca, explica que esta consigna deve se reger com base na prática dos ancestrais que se alimentam com um determinado produto durante toda a estação. Comenta que alimentar-se bem garante boa saúde.

Saber beber

Viver Bem é saber beber álcool com moderação. Nas comunidades indígenas cada festa tem um significado e o álcool está presente na celebração, mas é consumido sem exageros ou ofender alguém. “Temos que saber beber; em nossas comunidades tínhamos verdadeiras festas que estavam relacionadas com as estações do ano. Não é ir a uma cantina e se envenenar com cerveja e matar os neurônios”.

Saber dançar

Viver Bem é saber dançar [danzar], não simplesmente saber bailar [bailar]. A dança se relaciona com alguns fatos concretos, como a colheita ou o plantio. As comunidades continuam honrando com dança e música a Pachamama, principalmente em épocas agrícolas; entretanto, nas cidades as danças originárias são consideradas expressões folclóricas. Na nova doutrina se renovará o verdadeiro significado do dançar.

Saber trabalhar

Viver Bem é considerar o trabalho como festa. “O trabalho para nós é felicidade”, disse o chanceler David Choquehuanca, que recalca que ao contrário do capitalismo onde se paga para trabalhar, no novo modelo do Estado Plurinacional, se retoma o pensamento ancestral de considerar o trabalho como festa. É uma forma de crescimento, é por isso que nas culturas indígenas se trabalha desde pequeno.

Retomar o AbyaYala

Viver bem é promover a união de todos os povos em uma grande família. Para o Chanceler, isto implica em que todas as regiões do país se reconstituam no que ancestralmente se considerou como uma grande comunidade. “Isto tem que se estender a todos os países. É por isso que vemos bons sinais de presidentes que estão na tarefa de unir todos os povos e voltar a ser o AbyaYala que fomos”.

Reincorporar a agricultura

Viver Bem é reincorporar a agricultura às comunidades. Parte desta doutrina do novo Estado Plurinacional é recuperar as formas de vivência em comunidade, como o trabalho na terra, cultivando produtos para cobrir as necessidades básicas para a subsistência. Neste ponto se fará a devolução de terras às comunidades, de maneira que se produzam as economias locais.

Saber se comunicar

Viver Bem é saber se comunicar. No novo Estado Plurinacional se pretende retomar a comunicação que existia nas comunidades ancestrais. O diálogo é o resultado desta boa comunicação mencionada pelo Chanceler. “Temos que nos comunicar como antes os nossos pais o faziam, e resolviam os problemas sem que se apresentassem conflitos, não temos que perder isso”.

Trabalhar em reciprocidade

Viver Bem é retomar a reciprocidade do trabalho nas comunidades. Nos povos indígenas esta prática se denomina ayni, que não é mais do que devolver em trabalho a ajuda prestada por uma família em uma atividade agrícola, como o plantio ou a colheita. “É mais um dos princípios ou códigos que garantirão o equilíbrio nas grandes secas”, explica o Ministro das Relações Exteriores.

Não roubar e não mentir

Viver Bem é basear-se no *ama suwa* e *ama qhilla* (não roubar e não mentir, em quéchua). É um dos preceitos que também estão incluídos na nova Constituição Política do Estado e que o Presidente prometeu respeitar. Do mesmo modo, para o Chanceler é fundamental que dentro das comunidades se respeitem estes princípios

para conseguir o bem-estar e confiança em seus habitantes. “Todos são códigos que devem ser seguidos para que consigamos viver bem no futuro”.

Proteger as sementes

Viver Bem é proteger e guardar as sementes para que no futuro se evite o uso de produtos transgênicos. O livro Viver Bem, como resposta à crise global, da Chancelaria da Bolívia, especifica que uma das características deste novo modelo é preservar a riqueza agrícola ancestral com a criação de bancos de sementes que evitem a utilização de transgênicos para incrementar a produtividade, porque se diz que esta mistura com químicos prejudica e acaba com as sementes milenares.

Respeitar a mulher

Viver Bem é respeitar a mulher, porque ela representa a Pachamama, que é a Mãe Terra que tem a capacidade de dar vida e de cuidar de todos os seus frutos. Por estas razões, dentro das comunidades, a mulher é valorizada e está presente em todas as atividades orientadas à vida, à criação, à educação e à revitalização da cultura. Os moradores das comunidades indígenas valorizam a mulher como base da organização social, porque transmitem aos seus filhos os saberes de sua cultura.

Viver Bem e NÃO melhor

Viver Bem é diferente de viver melhor, o que se relaciona com o capitalismo. Para a nova doutrina do Estado Plurinacional, viver melhor se traduz em egoísmo, desinteresse pelos outros, individualismo e pensar somente no lucro. Considera que a doutrina capitalista impulsiona a exploração das pessoas para a concentração de riquezas em poucas mãos, ao passo que o Viver Bem aponta para uma vida simples, que mantém uma produção equilibrada.

Recuperar recursos

Viver Bem é recuperar a riqueza natural do país e permitir que todos se beneficiem desta de maneira equilibrada e equitativa. A finalidade da doutrina do Viver Bem também é a de nacionalizar e recuperar as empresas estratégicas do país no marco do equilíbrio e da convivência entre o ser humano e a natureza em contraposição à exploração irracional dos recursos naturais. “Deve-se, sobretudo, priorizar a natureza”, acrescentou o Chanceler.

Exercer a soberania

Viver Bem é construir, a partir das comunidades, o exercício da soberania no país. Isto significa, segundo o livro Viver Bem, como resposta à crise global, que se chegará a uma soberania por meio do consenso comunal que defina e construa a unidade e a responsabilidade a favor do bem comum, sem que nada falte. Nesse marco, se reconstruirão as comunidades e nações para construir uma sociedade soberana que será administrada em harmonia com o indivíduo, a natureza e o cosmos.

Aproveitar a água

Viver Bem é distribuir racionalmente a água e aproveitá-la de maneira correta. O Ministro das Relações Exteriores comenta que a água é o leite dos seres que habitam o planeta. “Temos muitas coisas, recursos naturais, água e, por exemplo, a França não tem a quantidade de água nem a quantidade de terra que há em nosso país, mas vemos que não há nenhum Movimento Sem Terra, assim que devemos valorizar o que temos e preservá-lo o melhor possível, isso é Viver Bem”.

Escutar os anciãos

Viver Bem é ler as rugas dos avós para poder retomar o caminho. O Chanceler destaca que uma das principais fontes de aprendizagem são os anciãos das comunidades, que guardam histórias e costumes que com o passar dos anos vão se perdendo. “Nossos avós são bibliotecas ambulantes, assim que devemos aprender com eles”, menciona. Portanto, os anciãos são respeitados e consultados nas comunidades indígenas do país (CHOQUEHUANCA, 2015)²⁶.

²⁶ A colocação em escrita científica do presente texto foi pensado em outros formatos, utilizando estratégia de parafraseamento ou em desenho de um quadro. Todavia, tal iniciativa poderia empobrecer o sentido necessariamente denso e complexo dos princípios que arregimentam o conceito de Bem Viver, razão pela qual optou-se por manter uma longa citação direta.

A presente construção do referencial teórico, que subsidia a necessária pesquisa bibliográfica da nossa investigação, sugere, pedagogicamente, a síntese esquemática dos 24 princípios na seguinte representação da Figura 1.

Figura 1 - Tripé sintético representativo dos princípios do Bem Viver.



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Os postulados elencados pormenorizadamente por Choquehuanca (2015) podem ser, de forma educativa, refletidos sobre a relação do homem com ele próprio e sua essência em conexão com o universo; a relação de equilíbrio e respeito do homem com os semelhantes seres vivos; e o entendimento sagrado da conexão do homem com a natureza.

Acosta (2016, p. 15) corrobora com a intenção didática aqui sugerida, quando afirma que:

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (ACOSTA, 2016, p. 15).

O diálogo sobre o Bem Viver implica a compreensão de suas características fundamentais, as estratégias nas quais está fundamentado e a busca da sua promoção, como caminho viável às mudanças necessárias nas relações entre os próprios humanos e entre os humanos e a natureza, e à superação do modo de vida consumista por padrões de consumo e estilos de vida mais sustentáveis.

Em seu livro sobre o “bem viver”, Alberto Acosta afirma:

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia

em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida. (...)

O Bem Viver, sem esquecer e menos ainda manipular suas origens ancestrais, pode servir de plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais. Pode, inclusive contribuir com uma mudança de paradigmas em meio à crise que golpeia os países outrora centrais. Neste sentido, a construção do Bem Viver, como parte de processos profundamente democráticos, pode ser útil para encontrar saídas aos impasses da Humanidade (ACOSTA,2016, p.35).

O debate acadêmico sobre Bem Viver é também um debate político, como é política a decisão de uma Universidade, no caso, a UFCA – Universidade Federal do Cariri, de ter um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, produzindo dissertações que ajudam a repensar novas práticas políticas, econômicas e sociais que inclusive abrem-se à possibilidade de compreender que o paradigma do desenvolvimento sustentável não responde mais as inquietações estruturais da sociedade e que é necessária a construção coletiva de uma epistemologia que rompa com o imaginário colonial e que dialogue com a pachamama.

3 CONTEXTO, GEOGRAFIA E INDICADORES: DESCRREVENDO O PROJETO PAULO FREIRE

3.1 O contexto do desenvolvimento rural no Brasil

O presente capítulo tratará de responder ao objetivo específico que se comprometeu em descrever as ações e propostas implementadas pelo Projeto Paulo Freire, no estado do Ceará, política pública nacional na qual dispusemos nosso olhar investigativo para procedermos com leituras de princípios, usando as lentes conceituais do Bem Viver.

O Programa Paulo Freire, conforme será visto nas subseções que seguem, e mais especificamente no Capítulo 4, não foi criado originalmente sobre uma “cartilha” ou diretrizes do Bem Viver. Entretanto, como pesquisador, abraçamos o desafio de descortinar o programa com as lentes teóricas do que arregimenta o *Sumak Kawsay*.

O objeto de estudos escolhido para o presente trabalho dissertativo foi o Projeto Paulo Freire, uma iniciativa de Política Pública executada em ambiente rural, cujo foco central é o combate à pobreza. Os agentes beneficiados realizam atividades de produção diretamente relacionadas à terra, tais como caprinocultura, apicultura, cultivo de hortas, etc. Então, é possível realizar um esforço de observação, na perspectiva de institucionalização do Bem Viver, a operacionalização das políticas públicas que se aproximam do empenho realizado nas constituições da Bolívia e Equador.

O conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas, etc.- que permitam às populações rurais agirem para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Essa assertiva é advinda do documento de referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário realizada em Abril de 2013, em Brasília.

Foi nesta Conferência que delinearão as principais diretrizes governamentais que normatizam as políticas públicas focadas no Desenvolvimento Rural, advindas do Governo Federal e replicadas nos Estados da Federação. Foi com essa perspectiva que o desenvolvimento rural deveria ter sido abordado, necessariamente como um processo social multifacetado e multidimensional de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente para as novas gerações de brasileiros. Ou seja,

nesta ótica, a ocorrência concomitante de justiça econômica e social e de justiça ambiental é indicador, ao mesmo tempo substantivo e avaliatório, da existência ou não de processos de desenvolvimento rural, influenciando, conseqüentemente, as características que vão ser assumidas pelo desenvolvimento nacional.

Segundo o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, do Governo da ex-presidente Dilma Rousseff, Pepe Vargas, na sua fala de abertura da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, externou que:

Esta em curso no Brasil desde 2003 a construção de um novo modelo de desenvolvimento que alia distribuição de renda com crescimento econômico, garantindo a cidadania e o acesso ao consumo a novos segmentos da população. Entre esses brasileiros e brasileiras estão agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, camponeses/as, extrativistas, pescadores/as artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens do campo, da floresta e das águas. São sujeitos políticos e sociais atuantes que têm voz e demandam políticas públicas adequadas às muitas realidades e à diversidade do rural brasileiro(MDA, 2013, p.32).

Essa fala sintetizou o momento conjuntural de nascimento do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, que foi gestado dentro de uma estratégia de criação de novos espaços e novas formas de diálogo e de participação social. Essas estratégias vinham sendo desenvolvidas nos últimos anos pelo Governo Federal e pretendiam dialogar com agendas de curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, a Agenda Brasil 2022²⁷ da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, as projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e as iniciativas e ações previstas no Plano Plurianual (PPA) 2012/2015 eram as referências.

3.2 O debate sobre ruralidades e pobreza

O conceito de rural ou de ruralidade não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Pelo contrário, a visão de rural e de ruralidade afirmada desde a 1ª CNDRSS²⁸ destaca positivamente que a diversidade e a multifuncionalidade são marcas específicas dos espaços rurais e que o rural tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do país.

²⁷ A Agenda Brasil 2022 é um movimento liderado pela UNB – Universidade de Brasília com diversos outros parceiros que visam a superação dos problemas humanos e para o bem estar do povo; comprometida com o fortalecimento de uma cultura de paz; objetivando sugerir metas a serem alcançadas até 2022, ano em que se comemora o 2º Centenário da Independência.

²⁸ I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário realizada em 2008 em Recife-PE.

Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes. (MDA, 2013, p.13)

O debate sobre as novas dimensões inseridas no meio rural não está desacoplada discussão sobre os contrastes e a persistência da pobreza, centradas com mais intensidade nas zonas rurais do Brasil. Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes. Existe uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza são indicadores destas desigualdades. Por exemplo, dados do ano 2003 mostram que 41,3% da população do país encontravam-se abaixo da linha da pobreza. Neste mesma data, o percentual de população do país considerado extremamente pobre era de 18,2%. A situação do meio rural era ainda mais preocupante. Estudos calculam que, em 2003, 55,2% da população rural brasileira estava por baixo da linha da pobreza²⁹ (KAGEYAMA E HOFFMANN, 2005).

No quadro nacional de indicadores socioeconômicos em desequilíbrio, aponta-se que a questão fundiária no Brasil também evidencia a desigualdade de gênero. São os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área: eles possuem 87,32% de todos estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. No outro extremo, as mulheres representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente. Ao mesmo tempo, as mulheres são, proporcionalmente, mais frequentes do que os homens nos estabelecimentos com áreas menores de 5 hectares (OXFAN BRASIL, 2016).

Na definição global do Banco Mundial, é considerado em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 242,25 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 701,25 por mês (dólar cotado a R\$ 4,25).

²⁹ A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. (KAGEYAMA E HOFFMAN, 2005)

No início de Novembro de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que, em 2018, chegou a 13,5³⁰ milhões o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza - 4,5 milhões a mais que em 2014. A pobreza atinge, sobretudo, a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres ou, em números absolutos, 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019).

Em 2018, pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento médio domiciliar per capita de R\$ 934, quase metade do rendimento de R\$ 1.846 das pessoas de cor ou raça branca. Entre 2012 e 2018, houve ligeira redução dessa diferença, explicada por um aumento de 9,5% no rendimento médio de pretos ou pardos, ante um aumento de 8,2% do rendimento médio dos brancos. Mas tal redução não foi capaz de superar a histórica desigualdade de rendimentos, em que brancos ganham o dobro de pretos e pardos (IBGE 2019).

Em relação às condições de moradia, 56,2% (29,5 milhões) da população abaixo da linha da pobreza não têm acesso a esgotamento sanitário; 25,8% (13,5 milhões) não são atendidos com abastecimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não têm coleta de lixo (IBGE, 2019).

Tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as proporções registradas são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos. Entre pretos e pardos, 42,8% (49,7 milhões) não são atendidos com coleta de esgoto; 17,9% (20,7 milhões) não têm abastecimento de água por rede; e 12,5% (14,5 milhões) não têm acesso a coleta de lixo (IBGE, 2019).

A Fundação Getúlio Vargas - FGV publicou no começo do 2º semestre de 2019 uma ampla pesquisa que demonstra que a riqueza gerada pelo agronegócio é mal distribuída, e a desigualdade de renda nas áreas rurais cresceu significativamente em cinco anos no país. Segundo o relatório da FGV, o agronegócio brasileiro caminha neste ano de 2019 para um novo recorde histórico de produção de grãos. Conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, a produção de grãos deverá chegar a 239,8 milhões de toneladas em 2020, superando a supersafra de 2017. O bom desempenho da safra não tem se convertido, porém, em geração de empregos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD – mostram que a atividade agrícola absorvia 8,6 milhões de trabalhadores

³⁰Os Dados foram retirados da Síntese de Indicadores Sociais – SIS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicados em Novembro de 2019 e que são referentes aos 4 trimestres de 2018.

no segundo trimestre deste ano, 1 milhão a menos do que no segundo trimestre de 2014 (BEEFPOINT, 2019).

Por trás do descompasso entre as safras recordes no país e os poucos empregos gerados está o agronegócio intensivo, de alta produtividade, automatizado e de latifúndios, que demanda mão de obra mais qualificada e escolarizada (BEEFPOINT, 2019).

Esses dados demonstram que a agricultura de precisão, aliada ao agronegócio com seus latifúndios e monoculturas, não são os eixos que levarão o país a superação da extrema pobreza, em especial nos sertões desse imenso Brasil. Tal perspectiva sinaliza a urgente demanda por modelos diferenciados que cooperem para resolver as desigualdades econômicas e sociais nacionais, inaugurando um novo patamar de eficácia da relação do homem em sociedade e com a natureza. O que nos parece adequado e oportuno pensar em alternativas como o Bem Viver.

3.3 As políticas governamentais para enfrentar a pobreza

Os números elencados acima são demonstrativos de que a agenda pode ser tocada por governos sérios que estão comprometidos com a erradicação da pobreza e das inúmeras desigualdades sociais e regionais que marcam a sociedade brasileira. A pauta da pobreza é extremamente relevante em especial à pobreza nas grandes periferias e nas zonas rurais, sobretudo no semiárido nordestino.

É necessário fazer um recorte histórico diante deste cenário, pois, o tema da pobreza só ganhou relevância na agenda pública, vindo a se tornar prioridade política nacional, a partir do início dos anos 2000 quando o governo LULA (2003- 2010) alçou o tema à condição de prioridade política da nação. Em grande medida, esta decisão política esteve alinhada à decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), quando na Assembleia Geral dessa organização realizada no mês de setembro de 2000 se definiu que um dos objetivos da “Declaração do Milênio” era a redução da pobreza e da fome³¹.

Naquele momento o Governo Federal instituiu dois conjuntos de políticas que tem especial incidência na luta contra a pobreza no meio rural.

a) Políticas de garantia de renda: Neste grupo, o principal programa é o Bolsa Família. Trata-se de um importante programa de transferência condicionada de renda, que em

³¹No caso da pobreza, foi definido como meta reduzir pela metade o percentual de pessoas com renda inferior a um dólar ao dia, no período entre 1990 e 2015. Já no caso da fome definiu-se, para o mesmo período, reduzir pela metade o percentual de pessoas que padecem da fome.

2019 beneficiou 13.170.607 milhões de famílias urbanas e rurais. É significativo que a metade das famílias atendidas por este programa reside na região nordeste. No Ceará estão sendo atendidas pelo programa 1.014.628 de famílias, totalizando um investimento de R\$ 389.687.314,00. O montante investido ao longo de 2019 foi da ordem de R\$ 33,6 bilhões em todo o Brasil (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019)³².

b) Políticas de Apoio à Agricultura Familiar: A partir do final da década de 1990, o governo brasileiro percebeu que era importante fortalecer a Agricultura Familiar no país, inclusive como uma forma de incentivar o crescimento da produção e da renda de um importante contingente de população rural (PPF – Projeto Básico, 2013). Em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³³, que tinha como função principal o estabelecimento e implementação de políticas de apoio a este setor. O principal instrumento criado neste sentido foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF³⁴. É importante mencionar que não somente o PRONAF colaborou nesses últimos anos para reduzir a pobreza na zona rural, mas podemos citar ainda o Seguro Safra. Esse benefício social garante ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio pecuniário, por tempo determinado, caso perca sua safra em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico. Sua área de atuação inclui os municípios da região Nordeste, do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. Os recursos para o pagamento dos benefícios provêm das contribuições dos agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União, que, juntas, formam o Fundo Garantia Safra (FGS), administrado pela Caixa desde outubro de 2003. Outro programa importante que podemos mencionar como indutor da redução da miséria no meio rural foi o Crédito Fundiário e a Reforma Agrária, entre outros, administrados à época pelo extinto MDA.

Também foram de extrema importância os programas de compra institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁵ e o Programa Nacional de

³²32 Dados foram extraídos do sítio do Ministério da Família que poderá ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/dezembro/ministerio-da-cidania-inicia-pagamento-da-13a-parcela-do-bolsa-familia-nesta-terca-10>.

³³33 O MDA foi extinto pelo governo interino de Michel Temer, em 13 de maio de 2016, e unificado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Algumas secretarias que tratam da reforma agrária e da agricultura familiar foram deslocadas para a Casa Civil.

³⁴34 É um programa do Governo Federal que possui o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras. (informativo do Banco Central, 2019)

³⁵35 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (maiores informações no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social em www.mds.gov.br)

Alimentação Escolar (PNAE)³⁶. Instrumentos importantes para que os produtores familiares pudessem ter acesso aos mercados, retirando de cena os atravessadores, construindo uma relação direta com os consumidores finais e fortalecendo os processos de economia solidária.

Diversas análises acadêmicas demonstram que nos últimos 15 anos houve uma melhoria significativa nas políticas públicas focadas na garantia de renda mínima e na prevalência de programas que buscavam uma maior sinergia para o enfrentamento da extrema pobreza, com ênfase no meio rural. No entanto, sem adentrar no mérito da atual situação, podemos perceber com nitidez um avançado desmonte dessas iniciativas de inclusão produtiva e de renda básica. Segundo dados recentes do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – IPEA, quase 1 milhão de famílias foram retiradas do programa Bolsa Família em 2019. Isso ocorre justamente em um período em que a pobreza e a desigualdade estão aumentando (SOUZA, 2019). Os números mostram mais uma evidência do retrocesso social: Em 2018, o Brasil caiu uma posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁷, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), referência mundial em medida de bem-estar da população. O país aparece na 79ª colocação entre 189 nações, 1 (uma) posição abaixo da registrada um ano antes. Com as últimas decisões do Governo Federal essa realidade danosa tende a aumentar, pois, a Medida Provisória (MP) 910 de 10 de Dezembro de 2019, chamada de MP da Regularização fundiária, juntamente com decretos 10.165 e 10.166 são, na verdade, uma autorização para legalizar a grilagem de terras públicas por parte dos grandes latifundiários, que hoje comandam o Ministério da Agricultura do Brasil; criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, pôr fim, definitivamente, à reforma Agrária. O principal objetivo dessa MP é a titulação de grandes posses irregulares de terras não destinadas da União, portanto, mais uma tentativa de legalizar a grilagem (TOOGE, 2019). Nos parece que o atual governo alimenta e valida o tripé especulação-desmatamento-violência em sua agenda para o campo.

³⁶O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (Maiores informações podem ser acessadas no sitio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em www.fn.de.gov.br).

³⁷O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro chegou a 0,761, uma evolução de 0,001 em relação ao de 2017, mas fez o país perder uma posição na lista divulgada anualmente pelo PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

3.4 O Ceará e suas iniciativas

O Estado do Ceará, com uma população em torno de 8,5 milhões de habitantes, sendo responsável por menos de 2% do PIB nacional e 15% do PIB nordestino, está localizado na região nordestina, que, historicamente, apresenta indicadores sociais inferiores aos do Brasil. Em relação aos outros estados brasileiros, o Ceará aparece em 22º na colocação do IDH dos estados, 23º no ranking da renda per capita e 22º no de expectativa de vida. Ademais, 87% de sua área está na região semiárida e a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 41,7% da população e gera mais de 60% do PIB estadual (IPECE, 2010)

Embora tenha acompanhado a tendência nacional de diminuição da miséria (de 2000 à 2015), o fenômeno da pobreza ainda está muito presente no Ceará. Calculava-se que em 2008 quase 50% da sua população estava abaixo da linha da pobreza, uma parte significativa dessa população é rural mora na região semiárida. Boa parte da população aqui citada vive nos estabelecimentos agropecuários familiares. Muitas destas unidades familiares da região semiárida cearense trabalham em áreas de terra pequenas. O processo de subdivisão das propriedades por herança e a dificuldade dos agricultores familiares para o acesso à terra arrendada reforçam essa tendência.

No Projeto Paulo Freire (PPF), podemos observar que a ampliação de maiores oportunidades para os beneficiários está diretamente ligada ao acesso a terra por essas famílias. A redução da pobreza é consequência desse acesso e dessa permanência. Esse gargalo (da alta concentração de terra na mão de poucas famílias) já era tencionado no relatório inicial do Projeto Paulo Freire. Assim vejamos:

A estrutura fundiária do Ceará apresenta um alto grau de concentração da terra, que é um forte indicador da concentração da riqueza na sociedade e explica, em parte o alto índice de pobreza rural no estado. A estrutura fundiária do Ceará revela que o Estado conta com alto índice de concentração da terra nas mãos de pessoas que não são agricultores familiares (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p. 23)

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, 55,9% das terras agrícolas eram ocupadas por somente 10,4% dos estabelecimentos. De acordo com o mesmo censo, havia 965 assentamentos rurais em todo o Estado, representando 13,88% das áreas rurais agricultáveis, em que os minifúndios representam um percentual de 20,10% da área (IBGE, 2006). Esses dados demonstram com clareza que o sistema agrícola brasileiro está concentrado em uma elite detentora de grandes quantidades de terra, e as políticas públicas para agricultura necessitam romper com essa lógica, que consolida a desigualdade no campo.

Para Albuquerque (1985), a distribuição da terra no país é historicamente concentrada, tendo início na divisão das capitâncias hereditárias. Sua distribuição caracteriza-se pela existência de um grande número de pequenas propriedades, ocupando uma parcela ínfima do total de terras disponíveis. No extremo oposto, tem-se um número bastante reduzido de grandes propriedades, ocupando uma parcela desproporcionalmente elevada das terras disponíveis.

A estrutura agrária do Ceará é produto dessa relação colonial que utiliza a terra para a criação de gado, estimulando apecuária, fortalecendo o ciclo econômico do couro e ampliando a correlação de forças para o latifúndio em detrimento de uma maior participação dos agricultores familiares (TOOGE, 2019).

Essa extrema concentração de terra fez com o que o Estado do Ceará, à época governado por Tasso Jereissati, implantasse de maneira pioneira a política de reforma agrária de mercado, atribuindo à lógica mercantil a responsabilidade de dirimir a questão agrária em vez do Estado, que minimiza suas ações de atendimento à reforma agrária por interesse social. É nesse momento que nasce em 1996 o Projeto São José – Ação Fundiária em parceria com o Banco Mundial e que servirá de inspiração para o Governo de Fernando Henrique Cardoso implantar os Projetos Cédula da Terra³⁸ e Programa Banco da Terra³⁹.

Em 1995, o Governo do Estado do Ceará, criou o Projeto São José (PSJ) com o intuito de promover melhorias para as áreas rurais do estado. Naquele momento o foco inicial do PSJ era:

“O objetivo primordial do Projeto São José é realizar investimento em infraestrutura básica, apoiando os pequenos produtores, criando oportunidades de emprego, reduzindo as desigualdades sociais e melhorando os indicadores de saúde e qualidade de vida da população do Ceará” (CEARÁ, 2008, p 13).

Em 1996 o Projeto São José passou a vincular-se ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e está atualmente na sua 3ª etapa. A primeira etapa permeou os anos da sua criação até 2002. A segunda (Projeto São José II) teve início em 2002 quando passou a ser denominado de Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará. Estava mais direcionado para o fortalecimento da infraestrutura básica e da organização da agricultura familiar. A terceira fase iniciou-se em 2012 quando o PSJ passou a ser configurado como Plano de

³⁸ Adotado nos estados nordestinos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará; e no norte de Minas Gerais. Realizou-se no decorrer de 1997 a 1999, paralelamente à formulação de uma proposta de âmbito nacional tendo em vista a criação de um fundo nacional para o financiamento de compra e venda de terras, o Fundo de Terras/Banco da Terra, dando assim continuidade à ação do Banco Mundial

³⁹ Criado em 1999, em expansão ao Cédula da Terra. Com atuação nacional, objetivava a geração de ocupação e renda no campo por meio do acesso à terra. No ano de 2001, dá lugar ao Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, através de Acordo de Empréstimo nº. 7037.

Desenvolvimento Rural Sustentável, denominado de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Projeto São José III (SDA, 2015).

Em 2019, o Senado Federal aprovou um novo empréstimo do Governo do Estado do Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, que autoriza a tomada de US\$ 100 milhões de dólares (ou R\$ 412 milhões) para a segunda fase do Projeto São José III, com foco no incentivo à agricultura familiar. O pagamento de cada um dos empréstimos foi parcelado em 31 anos. Essa nova fase do Projeto São José III consiste em:

Realizar investimentos visando apoiar a agricultura familiar do Ceará, de forma sustentável e inovadora, além de ampliação o acesso a água e saneamento para famílias em situação de vulnerabilidade hídrica e pretende contribuir para: (I) Fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas (II) Ampliar o acesso a serviços de água em áreas prioritárias contribuindo com as ações do estado para universalização, buscando também (III) Apoiar o fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto (SDA, 2019)

Ao longo desses últimos 15 anos o governo do Estado do Ceará tem enfatizando que a sua prioridade é a luta contra a pobreza. Isso está expresso como marco de referência nos programas definidos pelo Governo Estadual no PDRS⁴⁰ 2008/2011, no PDRSS⁴¹ 2012/2015 e no planejamento realizado pelas instancias territoriais⁴². É com esse escopo que começa a ser gestado dentro da Secretária de Desenvolvimento Agrário o Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire como instrumento para intensificar as ações de combate à pobreza. Não somente no seu viés econômico, mas construir uma política pública que pudesse empoderar o espírito comunitários dos beneficiários; que possibilitasse uma relação de igualdade entre homens e mulheres e que tivesse na sua matriz a ruptura das estruturas opressoras do patriarcado, do clientelismo, do mandonismo e do colonialismo arraigados na nossa sociedade.

3.5 Projeto Paulo Freire, utopia ou ilusão concêntrica?

Para o ex-embaixador boliviano na ONU e ativista ambiental, Pablo Solón, o compromisso mais íntimo com o amanhã exige gerar utopias sociais para um mundo

⁴⁰ PDRS- Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável

⁴¹ PDRSS – Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

⁴² O Estado do Ceará esta dividido em 13 territórios, dos quais seis são territórios da Cidadania. Em todos existe uma instancia deliberativa (conselho ou colegiado), além de outras instâncias de governança (câmaras técnicas, articulador, etc.), que tem conduzido os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações territoriais.

melhor. Utopias por definição são algo inatingível, porém são como as estrelas que nos guiam no deserto e nos permitem encontrar o caminho (SOLÓN, 2019).

Pablo é enfático quando afirma que:

Estamos vivendo uma crise sistêmica que só pode ser resolvida com alternativas sistêmicas. As crises ambiental, econômica, social, geopolítica, institucional e civilizatória são partes de um todo. É impossível resolver qualquer uma delas sem abordar conjuntamente as demais. Elas se retroalimentam. Por isso, estratégias unidimensionais não conseguirão resolver essa crise sistêmica. Pelo contrário, podem agravá-la (SOLÓN, 2019, Pág., 10).

A humanidade enfrenta não apenas uma crise econômica, social, ambiental ou institucional. Essa é uma crise da humanidade e do sistema terrestre (VIOLA; FRANCHINI, 2012). É uma crise sistêmica causada pela busca incessante de crescimento e lucros a qualquer custo que prejudique os seres humanos e a natureza. Não é mais uma crise cíclica do capitalismo⁴³ na qual, após sofrer uma depressão, ele se recupera para continuar sua expansão. Esta é uma crise muito mais profunda que se espalhou por todos os aspectos da vida na Terra e agora tem uma dinâmica crescente. A crise sistêmica em que vivemos exige alternativas sistêmicas. Alternativas que partem da realidade e que abrangem as múltiplas dimensões do todo que compõem a natureza, a economia, a diversidade cultural, a econômica, a social, a desigualdade de gênero e outras.

Dentro dessa perspectiva, de que há uma profunda crise sistêmica na civilização que requer ações contundentes de todos os atores sociais, políticos, econômicos e acadêmicos e com esse estímulo queousa-seapresentar umesforçocontributivo para o debate sobre o enfrentamento urgente desse colapso. Construindo um debate acadêmico em diálogo com o Projeto Paulo Freire do Governo do Estado do Ceará, que apresenta ações e estratégias que iniciam, mesmo que timidamente, uma ruptura com o paradigma do clientelismo estatal e a da visão eminentemente produtivista que marcou os inúmeros projetos “produtivos”, tocados pelo Governo Estadual nas últimas décadas.

O Estado do Ceará não está isento desse cataclismo ambiental, pelo contrário, tem sofrido sucessivas e prolongadas secas nas últimas décadas, que ocasionaram uma profunda crise hídrica responsável por afetar a grande maioria das cidades, inclusive a região metropolitana de Fortaleza. A elevação das áreas suscetíveis à desertificação, segundo Estudo da Funceme - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, o Ceará tem 11,45%

⁴³Ver Capitalismo e Colapso Ambiental de Luiz Marques, Editora Unicamp, 2015.

de seu território em processo de desertificação, ou seja, em processo de erosão que torna o ambiente árido e o solo infértil, similar à paisagem de um deserto. (Portal G1, 2018).

Podemos mencionar também diversos empreendimentos de criação de camarões em cativeiro, beneficiamento de coco, produção de cachaça, turismo predatório, bananicultura e outros estão provocando verdadeiros descalabros na vida de comunidades inteiras e no meio ambiente em todo o Estado do Ceará.

Para os atores institucionais que iniciam a gestação do Projeto Paulo Freire existe um contingente significativo de famílias pobres nas zonas rurais do interior do Ceará. Ao mesmo tempo, coexiste um potencial de progresso na dimensão produtiva nessas famílias, que impulsionam a montagem de uma política pública capaz de utilizar essa sinergia latente para superação desse estágio inicial de vulnerabilidade social, que acomete essas mesmas famílias.

No momento de construção do Projeto Paulo Freire havia um contexto favorável no âmbito federal e internacional de apoio a iniciativas que buscassem a pavimentação de projetos voltados para o desenvolvimento rural, com a consequente diminuição da pobreza.

Foi nessa conjuntura que o Projeto Paulo Freire (PPF) teve seu nascimento, no dia 27 de Junho de 2013, com a assinatura do acordo de empréstimo N. I-88-BR/E-17-BR entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com prazo de execução de 6 (seis) anos, no montante de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimo do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.

De acordo com o documento base do projeto PPF, o seu principal objetivo é:

Reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municípios do Estado do Ceará beneficiando diretamente um total de 60.000 famílias. Objetivo de desenvolvimento do projeto Paulo Freire é contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.11).

Segundo esse mesmo documento, uma das principais formas de redução da pobreza rural e da ampliação da melhoria da qualidade de vida da população do semiárido cearense se dá principalmente por meio de estratégias que estimulem o desenvolvimento do capital humano e social nas famílias que estão sendo atendidas pelo projeto. No seio do PPF, podemos ver ainda algumas diretrizes de atuação voltadas para fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e familiares; a busca para formar lideranças e, conseqüentemente, avançar na melhoria da participação dos envolvidos no projeto e nos processos decisórios locais.

Cabe mencionar que o Projeto Paulo Freire objetiva o apoio e o fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar os mercados, incluindo mercados institucionais. Tendo no seu núcleo o desenvolvimento produtivo sustentável (agrícola e não agrícola) que incrementa a produtividade das comunidades atendidas pelo projeto, gerando oportunidades de renda e emprego, considerando a adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.

O projeto conta com uma premissa crucial para o delineamento e a consecução dos objetivos pactuados com o FIDA. Vejamos o que nos diz o Relatório principal que defini o marco inicial do PPF:

É possível construir maiores oportunidades com o aproveitamento do potencial de desenvolvimento da população rural pobre. Contando com o apoio das diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, ele buscará aprimorar a valorização produtiva e sustentável de recursos existentes – tais como a terra, a disponibilidade de água criada pelos investimentos governamentais e privados e a biodiversidade local – para ampliar a capacidade produtiva das unidades familiares atendidas. Também estimulará a criação de novas oportunidades de geração de renda, no âmbito do beneficiamento da produção agropecuária e de outras atividades econômicas. Finalmente, o projeto deverá promover o acesso da população atendida a diferentes mercados (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p. 14).

Nessa passagem do marco inicial do projeto é possível perceber que há uma preocupação dos atores governamentais de ampliar os ativos produtivos das famílias beneficiárias, contudo sem perder de vista a sustentabilidade ambiental, a democracia participativa nas decisões coletivas e a ruptura com a cultura patriarcal tão marcante nessas comunidades.

Os objetivos elencados acima foram trabalhados por dois componentes que caminham concomitantes na execução das atividades propostas no projeto. O componente 1, que é o desenvolvimento de capacidades, objetiva fortalecer as capacidades individuais e coletivas necessárias para a promoção de um desenvolvimento sustentável para as famílias, comunidades e organizações produtivas na área de atuação do projeto. Já o componente 2 objetiva o desenvolvimento produtivo e a sustentabilidade ambiental que se propõe a financiar os investimentos produtivos como estratégia de apoio a agricultura familiar, com base nos princípios da convivência com o semiárido e a agroecologia. A ação combina atividades de ambos os componentes através de uma abordagem participativa, permitindo que a demanda do público beneficiário seja a principal fonte de orientação.

O diálogo entre esses dois componentes é estratégico e necessário para que o objetivo maior do projeto possa ser alcançado nos prazos previstos pela pactuação. Cada um

dos dois componentes macros do Projeto Paulo Freire foram compostos por diversos outros eixos, que são acoplados aos componentes macros. No componente 1 verificamos a conectividade deste com outros sete eixos de atuação, os quais citamos: a) Capacitação em políticas públicas; b) Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças; c) Desenvolvimento de capacidades para a produção e o manejo dos recursos naturais; d) Desenvolvimento organizacional e capacitação para a gestão e comercialização; e) Formação de jovens; f) Fortalecimento das capacidades das equipes de assessoria e; g) Mobilização e controle social.

Uma parte importante dos esforços e dos recursos do Projeto Paulo Freire está sendo dedicado ao desenvolvimento das capacidades dos diversos públicos com os quais ele trabalha. O Componente 1 é totalmente dedicado a esta tarefa. Assim, o Projeto Paulo Freire esta dando ênfase aos processos de aprendizagem, formação e capacitação em todas as suas etapas e entre todos os participantes. Neste sentido, a ideia de desenvolvimento de capacidades que norteia o PPF é a do aprender a aprender, em que se estimulam as pessoas a resolverem os problemas, buscando ou criando as soluções possíveis. Essa pedagogia valoriza a troca de saberes e de experiências entre os envolvidos no processo de aprendizagem, bem como a produção coletiva e individual de novos conhecimentos e tecnologias que estão sendo disseminadas, debatidas e testadas entre as comunidades rurais participantes do Projeto. O PPF bebe na fonte do diálogo proposto pelo Educador Paulo Freire, que defende na sua produção pedagógica a luta pela emancipação dos sujeitos e as possibilidades de permitir o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos oprimidos e anônimos do sistema. A homenagem do projeto ao Educador Paulo Freire⁴⁴ é revestido desse comprometimento do projeto com a autonomia dos povos advindas da educação e da tomada de consciência da finitude dos bens naturais.

Já no tocante ao Componente 2 do Projeto Paulo Freire, este tem como objetivo o apoio às atividades que permitam um incremento e uma intensificação da produção nas unidades familiares beneficiadas, numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. No bojo do Relatório técnico inicial do projeto podemos extrair o foco principal desse componente, assim vejamos:

⁴⁴Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. O principal livro de Freire se intitula justamente Pedagogia do Oprimido e os conceitos nele contidos baseiam boa parte do conjunto de sua obra (REVISTA NOVA ESCOLA, 2008)

A proposta técnica deste componente está construída em torno de uma visão mais sistêmica do manejo dos recursos, incluindo a perspectiva agroecológica e um uso mais seletivo e racional de insumos externos. Assim, a atuação deste componente está alinhada com a estratégia de apoio à agricultura familiar da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará, construída segundo os princípios da convivência com semiárido e da agroecologia, o que cria condições para que o Projeto, em parceria com as outras iniciativas em curso, possa se somar e contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.19).

Na estruturação do Componente 2 podemos visualizar uma determinação dos atores de construir impactos significativos e efetivos no fortalecimento e no melhoramento das condições sócio econômicas das mulheres e dos jovens. O Projeto buscou dar prioridade às propostas de atividades e de investimentos dirigidos por mulheres e jovens. Direcionado para a produção, o beneficiamento ou a comercialização. Várias atividades tradicionalmente assumidas por mulheres ou jovens, foram trabalhadas pelo Projeto o que oferece as condições de atuar numa perspectiva de maior equidade de gênero e geração.

O Projeto Paulo Freire colocou ainda como diretriz de trabalho o incentivo às iniciativas inovadoras. De acordo com o relatório básico do projeto, a inovação é uma ferramenta pertinente quando se trata de acompanhar as evoluções das condições edafoclimáticas⁴⁵, do acesso aos mercados ou no contexto de possível parceria com o setor privado (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.42).

É possível, mesmo de maneira superficial, afirmar que os dois componentes que foram explicitados acima são as colunas principais que dão sustentação ao projeto e que animam seus mobilizadores pelos resultados concretos, que tornam a utopia de um semiárido sustentável bem mais próximo.

3.6 Implementação e capilaridade do Projeto Paulo Freire

A luta pela construção do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire – não foi uma decisão unicamente governamental. Grande parte desse cenário só foi possível graças à criação da SDA – Secretária do Desenvolvimento Agrário, estrutura organizacional do Governo do Estado do Ceará criada através da Lei Nº. 13.875 de 07, de fevereiro de 2007. A formatação dessa estrutura institucionalizada foi fruto da luta dos movimentos camponeses do Ceará, em especial da FETRAECE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do

⁴⁵Flexão do adjetivo edafoclimático, que se diz daquilo que é relativo ao clima e ao solo (MICHAELIS, 2019).

Estado do Ceará, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e do setor rural da Central Única dos Trabalhadores – CUT, os quais defenderam junto ao então governador Cid Gomes, uma secretaria nos moldes do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado para abrigar as políticas agrárias e agrícolas da Agricultura Familiar e impulsionar a promoção do desenvolvimento sustentável do segmentorural.

A gênese do Projeto Paulo Freire advém muito desse tensionamento que os movimentos rurais fizeram para colocar a sua pauta na ordem do dia e sensibilizar os entes federados a um olhar diferenciado para a agricultura familiar e para a sustentabilidade ambiental, não somente para o agronegócio.

Essa colisão de interesses e a construção de uma significativa força dos movimentos rurais dentro da SDA foi extremamente necessária para aprovar e consolidar o Projeto. O intuito era que pudesse romper com o modelo de agricultura cada vez mais artificializado, que buscava uma expansão desmedida de grandes fazendas de monocultoras, que operam exclusivamente pela economia de escala, mirando cegamente um crescimento sem precedentes dos fluxos internacionais das commodities agrícolas. Nesse modelo, promovido pela ordem econômica neoliberal e pela crescente mercantilização da agricultura, impera a disseminação da racionalidade do empreendedorismo capitalista no campo. Em vez disso, o projeto Paulo Freire prioriza uma economia justa e solidária, que fortaleça as relações sociais de reciprocidade no campo.

O que podemos perceber nesse momento embrionário do projeto Paulo Freire é uma decisão do conjunto de atores sociais e governamentais que tocam a proposta. Uma luta na defesa da recampesinização⁴⁶ do mundo rural cearense. Na ótica desses atores, as saídas para outro modelo de agricultura são coletivas e passam necessariamente pela organização dos agricultores e pelo estabelecimento de formas solidárias de relacionamento em sociedade. Uma vez o problema das sociedades:

Enraíza-se em como estas estão organizadas em seus processos de produção e consumo, isto é em suas vidas nas cidades e no campo, suas moradias, seus sistemas de cultivo e fontes de alimentação, seus meios de transporte, suas formas de comunicação, vestuário, saúde etc. (ACOSTA E BRAND, 2018, p. 104).

Há claramente no seio desse debate um diálogo que visa discutir um novo modelo de desenvolvimento, que se propõe a restabelecer o papel do Estado por meio da disponibilização de políticas públicas (agrícolas, sociais e estruturais) que tenham como foco

⁴⁶ A recampesinização, noção proposta por Jan Douwe van der Ploeg, professor da Universidade de Wageningen, Holanda, pode ser interpretada como uma forma de resistência da agricultura familiar que se expressa como luta por autonomia na era da globalização

principal a valorização da agricultura familiar.

De acordo com o manual⁴⁷ de implementação do Projeto Paulo Freire, que é uma espécie de compêndio que contém as últimas atualizações do marco referencial do Projeto e que descrever os diversos processos administrativos e gerenciais, as responsabilidades pela condução desses processos, os procedimentos e documentos-padrão utilizados na execução do PPF a área de atuação do Projeto compreende uma extensão de aproximadamente 23.530 Km², equivalente a 18,5% da área do Estado do Ceará, e abrange 31 municípios de 6 territórios – Cariri (Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas), Sertão dos Inhamuns (Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá), Sertão dos Crateús (Hidrolândia e Ipuéiras), Sertão de Sobral (Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral rural e Varjota), Serra da Ibiapaba (Ipu) e Litoral Oeste/ Vale do Curu (Irauçuba).

Os critérios de seleção dos municípios escolhidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e pelo FIDA foram:

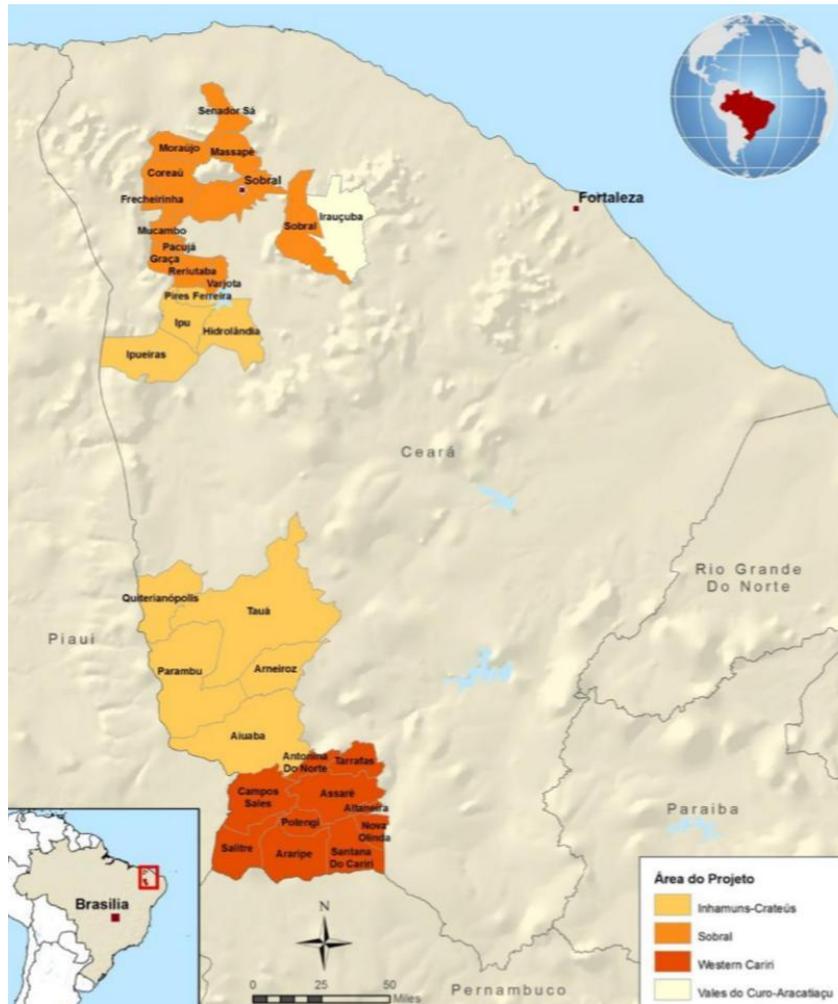
- (i) alta incidência de pobreza rural (entre 30,3% e 56,4% da população rural em condição de pobreza extrema) com moradores em situação de insegurança alimentar;
- (ii) presença de potencial para o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, agrícolas e não agrícolas, diversificadas e com potencial de crescimento;
- (iii) presença de um contexto favorável no âmbito das políticas públicas para a população rural que têm como alvo o desenvolvimento rural e a redução da pobreza;
- (iv) ausência de outros projetos financiados pelo FIDA na região (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.9).

Além disso, se considerou a contiguidade⁴⁸ territorial como um critério de seleção importante, visando fortalecer a identidade territorial, apoiar a troca de experiências entre os municípios (Figura 2) e facilitar o desempenho das operações do Projeto.

⁴⁷ O manual de implementação do Projeto tem ainda por finalidade disciplinar as regras de execução do Projeto e, ao mesmo tempo, orientar os executores quanto à sua concepção, metodologia de operacionalização, e instrumentos administrativos, gerenciais e financeiros adotados no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, tratando-se, portanto, de um instrumento de consulta permanente e obrigatória da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e dos órgãos executores.

⁴⁸ Estado do que é contíguo; proximidade absoluta; vizinhança (Infopédia, 2019)

Figura 2 - área de atuação do projeto Paulo Freire.



Fonte: Mapa elaborado pelo FIDA (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2013, p.4).

Alguns dados extraídos do marco inicial do projeto nos dão as dimensões da magnitude e da importância do projeto Paulo Freire para a luta contra a pobreza no Estado do Ceará. Assim destacamos:

Os municípios que compõem a área do projeto tem um total de 55.847 estabelecimentos agropecuários que se estendem sobre uma superfície de 1.479.927 ha, sendo que mais de 90% destas unidades são propriedades individuais e o resto pertence a consórcios, sociedades ou cooperativas (Censo Agropecuário 2006). Um total de 926 estabelecimentos são ocupados por assentados sem titulação definitiva; os assentamentos concentram-se sobretudo na região sul de Inhamuns/Crateús (345 unidades nos municípios de Aiuaba, Arneiroz, Parambu e Tauá), na área rural do município de Sobral (312), no município de Campo Sales (129 assentamentos) e no município de Irauçuba (82), sendo muito escassos nos outros municípios do território de Sobral (12 em total) e nos municípios do Cariri Oeste (com a exceção de Campo Sales). Existe um número percentualmente maior de estabelecimentos agropecuários arrendados pelos produtores, que tem uma média de 14% da área do Projeto; em alguns municípios este índice aumenta de forma considerável (43% em Altaneira, 35,7% em Santana do Cariri, 34% em Graça e 36% em Terrafas). Um total de 168.691 pessoas que residem nos municípios escolhidos estão trabalhando em estabelecimentos agropecuários; delas, 117.608 (69,7%) são homens e 51.083

(30,3%) mulheres; 91,7% do total tem mais de 14 anos de idade. Comparando este dado com o número da população rural da área do Projeto, é possível estimar que 62% dela esteja envolvida em atividades agropecuárias; porém, se compararmos este mesmo valor com o total da população rural e urbana da área do Projeto, esse percentual diminui para 22% (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.9).

Os dados trazidos pelo Relatório Principal do Projeto Paulo Freire dão a clareza do desafio proposto pelo Governo do Estado e pelo FIDA, na medida que o grupo-alvo do PPF é composto de cerca de 60.000 famílias rurais pobres (aproximadamente 228.000 pessoas, ou seja, 84% da população rural da área do Projeto)⁴⁹ que residem nos 31 municípios da área de abrangência do Projeto. O foco do Projeto Paulo Freire são os pequenos produtores rurais, com terra e sem terra, trabalhando na agricultura e/ou em atividades rurais não agrícolas, com disposição e potencial para desenvolver práticas produtivas sustentáveis, e com potencial de crescimento. Embora o grupo-alvo seja formado por agricultores familiares e outros produtores rurais pobres e extremamente pobres, trata-se de um grupo bastante diversificado com respeito à condição social e econômica, organização social, nível de renda, acesso aos mercados e potencialidades de crescimento como produtores agrícolas e não agrícolas. Por isso, atenção especial é dada às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis, incluindo comunidades quilombolas, às mulheres e aos jovens rurais.

Como diz Nazareth,

Está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores (camponeses), mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país (WANDERLEY, 1999 p.23).

A construção dessa nova agricultura defendida por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, passa pelo empoderamento dos sujeitos que historicamente foram marginalizados do processo social, econômico e produtivo no campo, em especial as mulheres, a juventude e as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

O protagonismo de mulheres, jovens e comunidades tradicionais foi observado também no tocante às metas estabelecidas pelo Projeto, assim vejamos o que nos diz o marco inicial:

Pelo menos 30% dos investimentos comunitários apoiados serão liderados por mulheres; no caso do artesanato, setor de trabalho onde predominam as mulheres, este percentual poderá aumentar para até 50%. Entre os profissionais provedores de assistência técnica a serem capacitados, 30% serão mulheres. Para as outras atividades apoiadas, o Projeto visará beneficiar do mesmo modo as mulheres e os

⁴⁹ Este dado foi elaborado pelos técnicos da SDA/FIDA calculando um promédio de 3.5 habitantes por família e consta no relatório principal do PPF 2013.

homens rurais: 50% dos líderes comunitários formados pelo Projeto serão mulheres (RELATÓRIO PRINCIPAL DO PPF, 2017, p.10).

Será debruçado mais detalhadamente sobre o cumprimento dessas metas pactuadas em 2013 no próximo capítulo onde será discutido os principais resultados que marcam a trajetória do Projeto Paulo Freire nos últimos 6 anos.

Os grupos prioritários do Projeto devem estar coadunados com os critérios gerais de elegibilidade de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por se tratar do principal instrumento da política nacional da agricultura familiar e combate à pobreza rural, cujos critérios de elegibilidade são referência para os programas e projetos de desenvolvimento rural. Grande parte das famílias beneficiárias do Projeto Paulo Freire são estimuladas a buscar outras formas de captação de recursos para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas, que foram eleitas pela família ou pelos planos coletivos e o PRONAF é a linha prioritária para recebimento das propostas seja de custeio ou de investimentos.

Assim, de conformidade com o Manual de implementação do Projeto Paulo Freire, serão beneficiários do projeto os agricultores e agricultoras familiares que atenderem aos critérios gerais de elegibilidade, de forma cumulativa, indicados a seguir:

- a) Sejam elegíveis pelo PRONAF;
- b) Desenvolvem atividades agrícolas ou não-agrícolas associadas aos arranjos produtivos apoiados pelo Projeto, com potencial de se tornarem empreendimentos rurais;
- c) Morem nos municípios selecionados para atuação do Projeto;
- d) Participem de organizações comunitárias e/ou econômicas nas quais pelo menos 60% dos participantes sejam elegíveis pelo Pronaf A⁵⁰ ou B⁵¹.

3.7 Processos organizacionais do Projeto Paulo Freire

A agência executora do Projeto Paulo Freire é a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), órgão da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, que tem por

⁵⁰Grupo A - agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

⁵¹Grupo B - beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

finalidade planejar, coordenar e executar, diretamente ou através das suas Vinculadas⁵², as ações do Governo para o desenvolvimento da agropecuária, mediante apoio à agricultura familiar. A SDA nessa condição de responsável técnica e executiva do PPF é incumbida ainda de:

(i) assegurar a inclusão dos recursos previstos para execução do Projeto no orçamento anual do Estado; (ii) promover articulações institucionais necessárias à implementação do Paulo Freire com organizações dos governos federal, estadual e municipal, do setor privado e dos agricultores familiares; e (iii) implementar e supervisionar a execução do Projeto de acordo com os termos negociados e o estabelecido junto ao FIDA (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2017, p.32)

Como visto, a SDA tem a premissa de tocar orgânica e tecnicamente o Projeto Paulo Freire. Para a consecução das metas e objetivos estabelecidas no Projeto, foi necessário a criação de uma Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) específica que fosse o elo entre as ações traçadas no marco inicial do Projeto entre SDA e FIDA.

As ações da UGP estão legalmente definidas pelo Decreto 31.088 de 07 de janeiro de 2013 que é o marco jurídico de sua criação. A UGP responde pelas atividades de coordenação, planejamento, articulação institucional, implementação e monitoramento das ações promovidas pelo Paulo Freire. A equipe da UGP trabalha em estreita colaboração com as Coordenadorias e assessorias técnicas da SDA.

Segundo o manual de implementação do Projeto, o princípio do modelo de gestão do Projeto é torná-lo parte da programação da Secretaria como todo, facilitando à colaboração com as várias áreas de atuação da SDA, com vistas à complementaridade de ações, a troca de conhecimento e informações resultantes tanto da ação do Projeto como dos demais projetos de coordenados pela SDA.

A Figura 3 apresenta o organograma da Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire.

Figura 3 - Organograma elaborado pela UGP e disponível no Manual de implementação do PPF.

⁵² Órgãos vinculados são aqueles que estão na estrutura hierárquica da SDA e se subordinam as diretrizes da mesma, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE); Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE); Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) e Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA).



Fonte: Manual de Implementação do Projeto (MARÇO, 2017).

Atualmente, a coordenadora da UGP é a historiadora Iris Tavares, que é a principal responsável pela qualidade da gestão técnica, administrativa e financeira do Projeto, bem como por acompanhar, apoiar e viabilizar a integração do trabalho das gerências e supervisões de componentes locais. É de responsabilidade também da coordenação da UGP a cooperação com as instituições parceiras e estratégicas, visando assegurar a sinergia com outros programas Federais e Estaduais. Além de dar efetividade ao planejamento físico e financeiro das ações, perseguindo as metas e cronogramas de execução estabelecidos.

A estrutura da UGP conta ainda com um Gerente de Aquisições que é o responsável pelas aquisições de bens, serviços e obras necessárias a implementação, monitoramento e avaliação das ações do projeto. Seguido do gerente de monitoramento e controle, gerente administrativo e financeiro, supervisor de desenvolvimento de capacidades, supervisor de desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. São esses que formam o núcleo executivo do Projeto Paulo Freire e que são os agentes institucionais do PPF.

Em uma posição intermediária entre a UGP e as ações efetivas do projeto encontram-se os escritórios regionais, que são uma especial de polo das ações nas regiões onde o PPF atua. Esses escritórios regionais contam com uma equipe múltipla de técnicos responsáveis pelas ações de divulgação do projeto; pela mobilização das comunidades, dos beneficiários e beneficiárias; pela orientação técnica para elaboração e implementação dos planos de investimentos apoiados pelo Paulo Freire; análise técnica financeira e ambiental dos

planos de investimentos propostos e monitoramento das ações. Vejamos como estão distribuídos espacialmente esses escritórios regionais na Tabela 1.

Tabela 1- Configuração territorial dos Escritórios do Projeto Paulo Freire.

Sede do território	Território	Municípios
Regional		
Campos Sales	Cariri	Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (10 municípios).
Tauá	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (5 municípios).
Sobral	Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús, Serra da Ibiapaba e Litoral Oeste/ Vale do Curu	Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Pires Ferreira, Irauçuba, Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (16 municípios).

Fonte: Manual de Implementação do Projeto (2013, p. 06).

Os escritórios regionais são estruturas importantes para dar mobilidade às demandas que vão surgindo diariamente nas comunidades e, caso não houvesse uma gestão descentralizada do projeto, haveria necessidade de intervenção da UGP localizada em Fortaleza, o que poderia acarretar demora e prejuízos para o bom andamento do projeto. Esse modelo de gestão descentralizada dá mais agilidade às decisões e o monitoramento fica mais aproximado das comunidades beneficiárias.

As Equipes Regionais são compostas por 22 (vinte e dois) profissionais, dos quais 3 (três) exercem a função de gerente do escritório, 7 (sete) são os responsáveis pelas ações do Componente 1, 7 (sete) pelas ações do Componente 2 e 4 (quatro) pela execução de atividades administrativas. Assim vemos a distribuição estrutural da Equipe da UGP e suas ramificações na Tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição de pessoal do Projeto Paulo Freire.

Localização	Espaço organizacional	Pessoal
UGP– Fortaleza		1 coordenador
	Coordenação	1 Assessora
		1 Apoio administrativo
	Componentes	2 Supervisores

		2 Especialistas
		1 Apoio Administrativo
	Gerências	1 Gerente Administrativo Financeiro
		1 Gerente de Monitoramento e Avaliação
		1 Gerente de Aquisições
		2 Especialistas (1 para casa Gerência)
		1 Apoio Administrativo
Escritórios Regionais	Inhamuns	1 Gerente Local
		2 Técnicos de apoio ao componente 1
		2 Técnicos de apoio ao componente 2
		1 Apoio Administrativo
	Cariri	1 Gerente Local
		2 Gerente Institucional
		2 Técnicos de apoio ao componente 1
		2 Técnicos de apoio ao componente 2
	Sobral	1 Apoio Administrativo
		1 Gerente Local
		3 Técnicos de apoio ao componente 1
		3 Técnicos de apoio ao componente 2
		2 Apoio Administrativo
Total	UGP	35 Profissionais

Fonte: Manual de Implementação do Projeto (2013, p.11).

Cabe mencionar que o processo de seleção e de nomeação da equipe executiva do PPF, formada pelo coordenador geral e os pelos Gerentes Administrativo, Financeiro e de Aquisições, é de inteira responsabilidade do Secretário de Desenvolvimento Agrário, que levará em consideração o perfil técnico definido para o preenchimento do cargo e submeterá a escolha a não objeção do FIDAque, neste caso, tem poder de veto, especialmente para o cargo de coordenador geral da UGP.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto Paulo Freire participa de diversas instâncias de Gestão que trabalham com políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural no Estado do Ceará. Dentre elas, podemos mencionar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), que é o órgão de deliberação da política estadual de desenvolvimento rural e que define as principais diretrizes governamentais do setor rural. A UGP do Paulo Freire participa também do Comitê de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Esse comitê funciona como um fórum de coordenação e decisão estratégica da SDA. No que tange ao Projeto Paulo Freire, esse comitê tem as seguintes responsabilidades:

- (i) aprovar o Plano Operativo Anual e viabilizar os acordos necessários à sua execução e à consecução dos objetivos do Projeto;
- (ii) aprovar o Manual de Implementação do Projeto;
- (iii) analisar e comentar os relatórios de execução

semestrais e anuais; (iv) analisar e comentar os relatórios anuais de auditoria; (v) analisar e comentar as revisões de meio termo do projeto; (vi) promover a articulação do Paulo Freire com os demais programas e projetos coordenados pela SDA, a exemplo o Projeto São José, Crédito Fundiário, PAA, PNAE, Brasil sem Miséria, Garantia Safra, PRONAF e outros igualmente relevantes (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2013, p.34).

Outra importante inovação trazida pelo Projeto Paulo Freire foia criação dos Comitês Locais do Projeto. Os Comitês Locais constituem um amplo espaço de debate, construído com diversos parceiros do projeto, em especial aqueles que dialogam com o processo de desenvolvimento rural nos municípios. Dentre os parceiros estão os sindicatos de trabalhadores rurais, a Ematerce, as associações de produtores e cooperativas, além dos bancos, das igrejas e secretarias de agricultura de cada cidade que recebe o PPF. Esses Comitês Locais têm como principais atributos:

(i) Favorecer a participação social oportunizando a transparência e controle social das ações do projeto Paulo Freire (ii)debater a realidade dos municípios e das comunidades selecionadas para atuação do Projeto; (iii) acordar sobre as prioridades territoriais; (iv) apoiar na elaboração e acompanhamento da execução dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; (v) monitorar a participação e as responsabilidades dos parceiros na implementação dos Planos (vi) consolidar um programa de trabalho com as ações a serem financiadas pelo Projeto; (vii) promover as articulações necessárias à implementação do programa de trabalho e dos Planos de Desenvolvimento das comunidades; e (viii) avaliar anualmente o andamento das ações apoiadas pelo Paulo Freire; (ix) ter ciência dos Planos de Investimento e suas respectivas prestações de contas (MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPF, 2013).

Esses comitês locais constituem, de fato, instrumentos importantes de participação social, garantindo legitimidade política, das suas decisões consensuais, que são levadas em consideração pelas instâncias do Projeto Paulo Freire e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Importante destacar que o Projeto Paulo Freire teve uma sinergia muito valiosa com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceara – FETRAECE, pois ela desempenhou um importante papel na mobilização das comunidades rurais e de suas organizações para participar do Projeto, assim como no processo de definição das prioridades de ação no âmbito dos Comitês Locais do Projeto.

3.8 Processos econômicos e pontos complementares do PPF

Estima-se que o custo total do projeto, por um período de seis anos, seja de 80

milhões de dólares, equivalente a R\$ 140,1 milhões⁵³. O componente de capacitação (componente 1) representa 35% (US\$ 49 milhões) do custo total do projeto. Esse valor inclui os custos de atividades de capacitação e treinamento para acessar programas públicos; assistência técnica para preparar e implementar desenvolvimento e planos de negócios; capacitação de lideranças e treinamento de produtores; contratação de agentes de mobilização social para promover organizações comunitárias, aperfeiçoando as qualificações de prestadores de assistência técnica e treinamento de jovens para realizar atividades econômicas e ter acesso à terra. O componente 2, destinado a promover desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental, representa 52% (R\$67,2 milhões) do custo total do projeto. O gerenciamento do projeto representa 11% (R\$ 15,4 milhões), cujo valor é para os pagamentos dos salários e das despesas operacionais da UGP. Foi previsto ainda um gasto de 2% para o sistema de M&A⁵⁴ (R\$ 2,8 milhões).

Do montante de 80 milhões de dólares do total previsto no Marco Lógico do projeto, o Governo do Estado do Ceará entrará com uma contrapartida de 50%, ou seja, 40 milhões de dólares são oriundos dos recursos do tesouro estadual. Como nos informa o Manual de Implementação do Projeto, os beneficiários que serão apoiados pelo projeto contribuirão de forma complementar, com uma contrapartida ao financiamento dos investimentos produtivos incluídos no componente 2, com valor aproximado de US\$ 14 milhões.

Trazemos de maneira didática a Tabela 3 que expõe os usos e fontes de financiamento do Projeto Paulo Freire:

Tabela 3 - Quadro de Usos e fontes do projeto Paulo Freire.

CATEGORIA DE DESPESAS	FIDA		GOVERNO DO CEARÁ		BENEFICIARIOS		TOTAL	
	VALOR (US\$)	%	VALOR (US\$)	%	VALOR (US\$)	%	VALOR (US\$)	%
Componente 1: Desenvolvimento de capacidades	20.208.51	61,12	12.854.78	38,88	-	0,0	33.063.29	34,83

⁵³ A Taxa de câmbio de USD 1 = R\$ 1,75 efetiva durante o período em que foi projetada o projeto.

⁵⁴ Sistema de Monitoramento, Avaliação e Gestão do Conhecimento do FIDA. Esse sistema tem a finalidade de contar com parâmetros que permitam ao FIDA medir o desempenho dos projetos, se definirem uma série de indicadores de avaliação e de gestão, os quais conformam a Linha de Base de cada projeto Avaliado. Atualmente o FIDA está implementado 6 projetos no nordeste de Brasil com o objetivo comum de reduzir a pobreza rural. Os territórios onde se estão levando a cabo estes projetos são Piauí, Ceará, Paraíba, Dom Helder Câmara, Sergipe e Bahia. (www.fida.org.br)

Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	17.465,14	35,03	17.465,14	35,03	14.923,2	29,9	49.853,48	52,52
Gestão do Projeto	2.006,35	19,28	8.400,08	80,72	-	0,0	10.406,42	10,96
• Equipamentos e veículos	-	0,00	374,69	100,00	-	0,0	374,69	0,39
• Pessoal	1.844,57	20,00	7.378,29	80,00	-	0,0	9.222,87	9,72
• Custo operacional	161,77	20,0	647,09	80,0	-	0,0	808,87	0,85
Monitoramento e Avaliação	320,00	20,00	1.280,00	80,00	-	0,0	1.600,00	1,69
TOTAL	40.000,00	42,14	40.000,00	42,14	14.923,2	15,72	94.923,2	100,00

Fonte: Manual de Implementação do Projeto (2013).

De acordo com o relatório de supervisão do FIDA, produzido pela Divisão da América Latina e Caribe, através do Departamento de Administração de Programas, há resultados significativo do ponto de vista das atividades comunitárias e de formação, mas por um outro lado, há um atraso na execução físico-financeira das metas pactuadas no Marco Lógico do Projeto, como apresenta o seguinte trecho do relatório:

Num panorama geral, as visitas realizadas pela Missão de Supervisão em comunidades atendidas pelo projeto nos territórios do Cariri e Inhamuns permitiram verificar que está sendo realizado um trabalho de muito boa qualidade. A focalização em comunidades pobres tem sido adequada, os trabalhos de DRP e elaboração de PDC foram muito participativos, as comunidades se mostram muito interessadas e envolvidas, e os PNs em geral são de boa qualidade, embora fossem identificados casos que precisariam de ajustes significativos para resolver fraquezas em aspectos técnicos e de comercialização, que são detalhadas em outras seções do relatório. 5. Apesar desse progresso no campo, o Projeto continua em uma situação preocupante, principalmente do ponto de vista de execução financeira. Até o momento, o desembolso dos empréstimos (FIDA e Fundo Espanhol) alcançam aproximadamente 15% do seu valor total, e a execução financeira do orçamento previsto para toda a vida do projeto é de somente 5%, embora o comprometido atinja R\$ 5 milhões (PROJETO PAULO FREIRE, 2016, p. 12).

Esse atraso na execução financeira, que foi externado no relatório de supervisão em 2016, foi sanado em parte, pois é possível verificarmos no painel de monitoramento⁵⁵ do Paulo Freire que foi investido pelo FIDA um valor de (USD) \$33.606.064,74, valor aproximado

⁵⁵Os dados são atualizados mensalmente através do apoio das equipes de Monitoramento e Avaliação (M&A) dos Projetos. Desta forma, este Painel é uma importante fonte de informação atualizada dos principais indicadores presentes nos Marcos Lógicos e pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://fida.org.br/painel-de-monitoramento/>

da meta de desembolso que é de (USD) \$38.366.024. Será explanado com mais ênfase sobre volume financeiro do PPF e o cumprimento das metas propostas no projeto na próxima etapa deste estudo.

Recentemente, o FIDA autorizou a prorrogação do Projeto Paulo Freire pelo prazo de mais um ano, esse elastecimento do prazo de finalização do projeto se deu pela necessidade de finalizar as ações dos componentes 1 e 2 realizar o desfecho do processo de avaliação e mensuração dos resultados alcançados.

Em sua mais recente missão, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola esteve visitando diversos projetos do PPF em varias regiões do Ceará, avaliando a sua concretude e estabelecendo a implementação de plano de ação para recuperação dos atrasos acumulados no desempenho físico e financeiro do projeto ao logo dos anos.

Segundo informações do Portal de Noticias da SDA⁵⁶,a mais recente missão dos técnicos do FIDA visou uma profunda avaliação dos impactos do Projeto iniciado em 2013, com ênfase nas atividades de resultado nas 600 comunidades assistidas, a partir de indicadores como renda, nutrição e outros.

3.9 Os processos metodológicos do Projeto Paulo Freire

O Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire construiu, ao longo desse período, abordagens metodológicas criativas para a implementação das estratégias definidas no Marco Lógico do Projeto. Estratégias coadunadas com o Programa de Oportunidades Estratégicas Nacionais COSOP⁵⁷. Esse programa do FIDA objetiva garantir que as operações do órgão no país contribuam para a redução da pobreza. O documento examina a situação específica da pobreza rural para determinar áreas geográficas e áreas temáticas das operações do Fundo. O COSOP também destaca a inovação que o FIDA procura promover no programa do país. Além disso, o COSOP analisa fatores institucionais e considerações políticas que afetam as operações do Fundo, bem como seus efeitos sobre as pessoas que vivem na pobreza. Em particular, a governança local e o empoderamento dos pequenos agricultores são os principais fatores que determinam um ambiente propício para projetos em favor dos pobres.

⁵⁶ A matéria poderá ser acessada através do portal da Secretaria de Desenvolvimento Agrário através do seguinte Link: <https://www.sda.ce.gov.br/2019/11/04/missao-do-fida-promove-avaliacao-e-acompanhamento-do-projeto-paulo-freire/>

⁵⁷ O COSOP é uma estrutura que possibilita tomar decisões estratégicas sobre as operações do FIDA em um país, no qual as oportunidades de financiamento para o Fundo são detectadas e a administração com o objetivo de obter resultados é facilitada (FIDA, 2019)

O COSOP inclui uma visão geral das operações anteriores do FIDA no país e incorpora as lições aprendidas, especialmente de estudos de avaliação para futuras orientações operacionais.

Para alcançar um forte senso de propriedade dos países, o processo de design e implementação do COSOP é caracterizado por uma ampla consulta às partes interessadas. Além disso, os COSOPs são projetados para que estejam alinhados com a estratégia de redução da pobreza e a estrutura de planejamento do país. Os COSOPs indicam claramente os possíveis parceiros estratégicos entre doadores multilaterais e bilaterais, levando em consideração a vantagem comparativa uns dos outros. (FIDA, 2019, sem paginação).

Grande parte das metodologias usadas na consecução do Projeto Paulo Freire advém de diversas outras experiências que o FIDA tem em curso na América Latina e no mundo. Essas experiências são readaptadas à realidade local e redirecionadas para o público alvo do projeto, no caso do Projeto Paulo Freire o foco se dá na relação de gênero, juventude e comunidades tradicionais.

Em geral, os métodos usados pelas equipes técnicas do Paulo Freire, que são agentes capacitados e treinados para o trabalho nas comunidades rurais, têm uma abordagem participativa, pois as demandas suscitadas pelas famílias e suas entidades associativas são as principais fonte de orientação para o trabalho da assessoria técnica. Os comitês locais definem diretrizes gerais e são espaços de construção de consensos e de pactos sociais relevantes para o projeto.

O processo inicial do projeto nasce com a construção coletiva do Diagnóstico Rural Participativo⁵⁸. Segundo Miguel Verdejo:

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2003, p.19).

Com a produção do Diagnóstico Rural Participativo foi possível fazer uma leitura crítica da realidade de cada comunidade beneficiária, com foco nos temas centrais (produção,

⁵⁸O Diagnóstico Rural Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades rurais façam uma avaliação sobre suas realidades, com o apoio de um facilitador, que intermedia o processo. O DRP não busca unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre as suas potencialidades, oportunidades, necessidades e problemas. O método procura maior participação dos chamados beneficiários, para que eles entendam melhor seu contexto e, a partir daí, comecem a gerenciar ações de forma planejada. (EMBRAPA, 2014, p.69)

renda, manejo e conservação de recursos naturais, equidade de gênero, juventude e étnica). Com oDRP construído e estruturado foi possível produzir os Planos de Desenvolvimento das comunidades. Esse plano é um instrumento que contém as demandas comunitárias, das quais uma parte foi apoiada e financiada pelo Projeto Paulo Freire e outras demandas, elencadas em cada Plano de Desenvolvimento, foram financiadas através de outras fontes, tais como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Projeto São José, etc.. Os planos de Desenvolvimento buscaram sempre garantir uma ação racional e organizada para a solução dos problemas das comunidades, objetivando a construção de modelos mais sustentáveis de produção econômica e de qualidade de vida para populações beneficiárias.

Considerando o Plano de Desenvolvimento como norteador das ações, posteriormente, foi construído os Planos de Investimentos. Esses planos são os instrumentos que consolidaram os financiamentos das demandas familiares atendidas pelo Projeto Paulo Freire.

Os Planos de Investimentos são referentes a Projetos Produtivos de diferentes cadeias, como: avicultura, ovinocultura, caprinocultura, mandiocultura, suinocultura, apicultura, fruticultura, cozinha comunitária, fogões ecológicos, reuso de águas cinzas, biodigestores, artesanato e quintais produtivos.

Dentro desse processo descrito buscou-se sempre o incentivo de sinergias para facilitar a cooperação com outros setores do poder Público, bem como do setor privado. Os últimos dados apontam que foram liberados, ainda em 2018, um montante de R\$ 30.470.746,88 milhões, divididos entre o território de Sobral que recebeu investimento de R\$ 15.318.281,78, Inhamuns R\$ 8.380.684,41 e Cariri R\$ 6.774.780,69 (SDA,2018). Os beneficiários que receberam os investimentos dos projetos produtivos entraram com uma contrapartida de no mínimo 10% com bens e serviços, de acordo com a execução.

Faltando pouco mais de um ano, após a sua última prorrogação, o Projeto Paulo Freire chega na sua reta final de execução e de avaliação dos seus resultados quantitativos e qualitativos. Sua meta ambiciosa, mas factível, de reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida de agricultores familiares em 31 municipalidades do Estado do Ceará, beneficiando diretamente um total de 60.000 famílias, será objetivo desta singela consideração, nas análises subsequentes. Podemos adiantar que a colheita proporcionada pelo projeto é significativa e nos dá pistas de como os governos devem tocar as ações que ousam desafiar a cristalina desigualdade social. O grande pedagogo Paulo Freire nos direciona quando afirma que: Ninguém liberta ninguém. As pessoas se libertam em comunhão (FREIRE, 2006).

4 ALGUNS DESAFIOS PENDENTES

Para responder à questão central proposta na nossa proposta de pesquisa, na qual lembramos o compromisso de identificar os princípios do Bem Viver nas ações e projetos implementados pelo Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, no estado do Ceará –, foi necessário o uso de quatro diferentes fontes informativas para arrematar o ciclo investigativo: dados documentais, fontes bibliográficas, dados secundários e dados primários.

As inquietações que motivaram nossa investigação foram inicialmente propiciadas por uma extensa pesquisa bibliográfica. Esta categoria de fonte informativa subsidiou a nossa pesquisa do princípio à conclusão. Seguindo as recomendações de Gil (2008), o qual coloca que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, instituída de livros e artigos científicos, a caminhada por esta fonte orientadora solidificou-se como um manancial contínuo de respostas centrais ou parciais que transitaram, desde a formulação da questão central de pesquisa; resposta a um dos objetivos específicos de elencar os princípios do Bem Viver; bem como explicitar a construção conceitual que trouxe a força de quebra paradigmática ao conceito de desenvolvimento sustentável; participando enfaticamente das análises e discussões sobre os dados primários coletados, confrontando as impressões obtidas dos gestores e técnicos do Paulo Freire no Cariri Sul do Ceará com as ideias centrais do *Sumak Kawsay*.

A proposta inicial de averiguação, definida e defendida em processo de qualificação junto ao programa em Desenvolvimento Sustentável da UFCA, esboçou um estudo comparativo entre os municípios de Nova Olinda e Campo Sales, na macrorregião Cariri Sul do estado do Ceará. Compromisso que não se concretizou da forma que foi previsto e sugerido pela banca naquele momento. Apropriando-nos veementemente do que defendeu Demo (1995, p. 231), desvalorizando a possibilidade de uma “ditadura do método sobre a realidade”, a coleta de dados primários não granjeou o comparativo entre os dois municípios.

A incompatibilidade de horários e disponibilidade para obtenção da fala de representantes das comunidades rurais atendidas pelo PPF em Nova Olinda e Campo Sales terminou por esvaziar a possibilidade de defrontar informações quantitativas ou qualitativas entre as duas localidades. Entretanto, ainda caminhando sobre as defesas epistemológicas de Demo (1995), deixamos de nos prender às limitações que estavam previamente desenhadas no método, para ganharmos qualitativamente a possibilidade de aprofundamento sobre outras fontes de conhecimento. Particularmente o olhar de técnicos e gestores do Projeto Paulo

Freire, decisão que não nos furtou o estado consciente da apropriação da dimensão da qualidade política, mesmo que tal decisão acarretasse em uma ênfase à subjetividade do fenômeno investigado. Em se tratando de um estudo exploratório, conforme coloca Richardson (2002), tal possibilidade é plenamente viável, sem prejuízos para a construção investigativa.

Uma vez transcorrendo o estudo dentro de outras possibilidades de métodos investigativos, conforme as águas de um rio correm por onde melhor possam afluir, nosso estudo atracou em abundantes fontes documentais. Na necessidade de descrever o histórico contexto de constituição do Projeto Paulo Freire no Brasil, mais especificamente no estado do Ceará, a fim de delinear o campo empírico de nossa investigação, a pesquisa documental foi a procedência utilizada. E, embora Gil (2008, p. 51) coloque que a pesquisa documental “valesse de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”, os relatórios e laudos da propositura, execução e avaliação do Projeto Paulo Freire, elaborados tanto pelo Governo do Estado do Ceará e pelo principal órgão financiador – a FIDA, oportunizam verificar e discordar das informações produzidas quando em contraste com os dados primários coletados.

Para coleta de dados primários foram realizadas quatro entrevistas em profundidade com gestores do PPF. Um deles em nível estratégico, responsável pela elaboração, inclusive, das propostas. Dois em nível intermediário, compreendendo especialmente a implantação do escritório de atendimento, seleção e orientação da equipe técnica ao sul do estado do Ceará, nosso campo empírico e um em nível operacional, completando a perspectiva do olhar em nível gerencial sobre esta política pública.

Foram utilizados dados secundários de fontes como IPEA, IPECE, IBGE, FIDA e relatórios governamentais, em nível estadual, especialmente para redarguir a parte descritiva do objetivo que intentou desenhar histórica e geograficamente o Projeto Paulo Freire, com informações que contemplaram desde o quantitativo de família e comunidades atendidas, montantes financeiros que custearam o PPF e suas ações e indicadores sociais que auxiliaram às reflexões sobre conceitos subjacentes às ponderações sobre pobreza rural, desigualdade de gênero, devastação ambiental, questões que antecedem os argumentos do Bem Viver como alternativa epistêmica.

Para fechar as questões que nortearam o trabalho investigativo, que aqui já se encaminha para seus segmentos finais, o presente capítulo busca responder sobre o quanto a implementação do Projeto Paulo Freire se aproxima ou se afasta dos princípios que sustentam a ideia central do Bem Viver, os limites e as possibilidades dessa conexão, bem como se

constitui a possibilidade de mudanças de paradigma no PPF como uma das principais políticas públicas de desenvolvimento rural estadual cearense.

Para se ter uma ideia das urgências que definem as agendas de debates sobre os caminhos da sociedade para o futuro, no fim de maio de 2019 aconteceu na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai, o Fórum Mundial Campesino, uma conferência regional da América que trata dos principais debates da agricultura familiar e indígena no nosso continente. O Fórum Mundial Campesino é uma iniciativa da Confederação dos Produtores da Agricultura Familiar da América Latina e compõe a Rede da Agricultura Familiar (REAF). O fórum envolve diretamente os dirigentes das organizações representativas da Agricultura Familiar camponesa e indígena (AFCI) da América Latina e Caribe, autoridades governamentais dos países da região e os representantes do FIDA-FAO⁵⁹-IICA⁶⁰.

Os temas desenvolvidos no Fórum tem ligação com a identificação de políticas públicas prioritárias para agenda 2030⁶¹ e ações de apoio ao Decênio da Agricultura Familiar⁶², por meio de diálogo e articulações entre as organizações e os governos. Esse fórum dedicou-se também a um processo de análise e avaliação de todos os projetos que o FIDA e o IICA desenvolveram nos países da Sudamérica⁶³ e Mesoamérica⁶⁴. Dentre todos os projetos apoiados FIDA no Brasil, o Projeto Paulo Freire foi a experiência brasileira que o FIDA indicou para ser apresentada no evento.

A indicação do FIDA para que o Projeto Paulo Freire fosse a vitrine de seus projetos não foi meramente aleatório, essa indicação está conectada com os resultados, logrados pelo projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire.

⁵⁹ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura é uma das agência das Nações Unidas, a que lidera esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza.

⁶⁰ O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano que apoia os esforços dos Estados membros em sua busca pelo desenvolvimento agrícola e pelo bem-estar rural.

⁶¹ A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (ONU, 2018).

⁶² A Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 72ª sessão, adotou oficialmente em 20 de dezembro de 2017 o Decênio para a Agricultura Familiar 2019-2028. Este Decênio servirá como marco para promover melhores políticas públicas para a Agricultura Familiar e oferecer uma oportunidade única para contribuir com o fim da fome e da pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS (ONU, 2017)

⁶³ Relativo aos países da América do Sul.

⁶⁴ Região do continente americano que inclui aproximadamente o sul do México (a partir de uma linha que parte do rio Fuerte e que se prolonga para sul até aos vales do *bajío* mexicano, rumando depois para norte até ao rio Pánuco), e os territórios da Guatemala, El Salvador e Belize bem como as porções ocidentais da Nicarágua, Honduras e Costa Rica.

Buscar-se-á nesta reta final de trabalho, dialogar sobre os principais impactos da execução e efetivação do PPF ao longo dos seus 6 (seis) anos no estado do Ceará, tendo no prisma das análises as sinergias e pontes traçadas com os princípios do Bem Viver. (retirar do texto)

Não se pode perder de vista que o PPF nasce com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural no semiárido cearense, por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres: essa é a sua principal missão. Tendo como estratégia os dois componentes centrais das suas atividades, ou seja, o componente 1, que é desenvolvimento de capacidades, e o componente 2, que é o desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental. Essas duas matrizes conduzem todas as atividades do projeto. E é baseado nestes dois componentes que é traçado, dentro do marco lógico (projeto inicial aprovado pelo FIDA), as principais metas qualitativas e quantitativas.

Para uma melhor compreensão dessas metas, pactuadas entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura na ocasião da aprovação do Projeto Paulo Freire, trazemos o rol de atividades esperadas do componente de desenvolvimento de capacidades ao fim da vigência do acordo de empréstimo N°I-88-BR/E-17-BR:

- 60.000 famílias capacitadas em acesso a políticas públicas;
- 30.000 famílias beneficiadas por assistência técnica, contínua e/ou especializada;
- 24.000 famílias rurais recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizacional, produção agrícola e não agrícola, gestão e comercialização;
- 12.000 famílias rurais recebem assistência técnica especializada;
- 1.200 jovens rurais recebem (entre as 12.000 acima) recebem apoio e assistência técnica para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; destes, 400 terão apoio para instalar-se como agricultores (as) pleiteando o acesso à terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou outros programas de acesso à terra;
- 1.200 líderes comunitários capacitados, dos quais 50% serão mulheres ou jovens;
- 600 organizações comunitárias e produtivas fortalecidas, com devida estrutura, sistema de governança e de gestão, das quais 80% delas sustentáveis ao final do Projeto;
- 600 Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa;

- 600 Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados elaborados e submetidos Projeto Paulo Freire e a outras fontes para consideração e financiamento, dos quais aproximadamente 500 corresponderam a iniciativas das comunidades e 100 às das organizações produtivas;
- 300 provedores de assistência técnica recebem treinamento para melhorar seus serviços (pelo menos 30% mulheres).

O componente 2, que trata do desenvolvimento produtivo e da sustentabilidade ambiental, se propõe a buscar impactos significativos e efetivos no fortalecimento e na melhoria das condições sócio econômicas das famílias, principalmente mulheres e jovens. Das atividades do componente 2 são esperadas no fim do PPF os seguintes resultados:

- Implementação de 600 planos de investimentos;
- 30.000 famílias serão beneficiadas pelos investimentos produtivos;
- 500 famílias receberão investimentos para pequenos sistemas de irrigação;
- Aumento de pelo menos 30% no volume de produção das famílias beneficiárias com investimentos produtivos;
- Aumento de pelo menos 30% nas vendas das famílias beneficiárias com investimentos produtivos;
- 30% dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passarão por algum estágio de agregação de valor;
- O fortalecimento da produção, do beneficiamento e do acesso aos mercados, complementados com a assessoria técnica, permitirão um aumento da renda familiar de 30% em 80% das famílias beneficiárias de investimentos produtivos,
- Pelo menos 30% dos empreendimentos associativos serão liderados por mulheres;
- Pelo menos 70% das famílias beneficiárias de investimentos terão acesso às políticas públicas, tais como: PRONAF, Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite);
- 70% dos investimentos utilizarão práticas agroecológicas de conservação do solo ou manejo sustentável do bioma da caatinga;
- 100% das unidades de beneficiamento atende às normas sanitárias e ambientais de tratamento de efluentes.

Todo esse rol de metas traçados pelo Governo do Estado e pelo FIDA tinha a intenção de reduzir a pobreza nessas regiões do semiárido cearense e enfrentar uma situação global exposta recentemente pelo relatório da Oxfam, renomada organização internacional sem fins lucrativos especializada em projetos de desenvolvimento e assistência humanitária no combate à pobreza e à injustiça. Os dados da Oxfam são mais do que alarmante e sinalizam uma situação de colapso: Novecentos milhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares por dia; 2 bilhões são consideradas de baixa renda; 7 em cada 10 vivem em países onde a taxa de desigualdade entre ricos e pobres subiu rapidamente; em 2015 as 62 pessoas mais ricas do mundo possuíam a mesma riqueza que a metade dos mais pobres, ou seja, 3 bilhões e 600 milhões de homens, mulheres, idosos e crianças, quando seria suficiente 1,5% da riqueza produzida para cobrir o déficit de recursos que permitiriam a uma multidão viver com dignidade (OXFAM, 2019). Todos esses dados dão a dimensão das desigualdades sociais advindas desse modelo de desenvolvimento a qual estamos submergidos.

Todos os desafios propostos pela PPF foram ainda amplificados pelo prolongamento de uma extensa seca, que possivelmente está sendo umas das maiores dos últimos 40 anos no semiárido nordestino. No Ceará, um dos estados mais atingidos pela atual seca⁶⁵, mais de 40% da produção de leite está perdida; o rebanho de gado do semiárido está morrendo ou sendo vendido, enquanto milhares de nordestinos buscam trabalho, de forma permanente ou temporária, em outras regiões do país. Este é o cenário que permeou o desenrolar do Projeto Paulo Freire ao longo dos seus 6 (seis) anos de vida.

As adversidades climáticas, sociais, econômicas e culturais, mesmo que tangenciadas pelo Marco Lógico, foram de longe maximizadas e a equipe do Paulo Freire teve que buscar diversos aliados para a construção e viabilização do projeto. Na fala da Coordenadora da UGP Paulo Freire, a historiadora Iris Tavares, ela nos conta como foi superar todos esses obstáculos para iniciar e executar o PPF:

Foi com muita ousadia, amor e dedicação que conseguimos chegar as 600 comunidades pactuadas, não foi uma tarefa fácil, muitas dessas comunidades estavam isoladas em lugares onde o Poder Público nunca chegou, não houve obrigatoriedade de participar do Projeto Paulo Freire, cada comunidade fez a adesão livremente, mas a partir da nossa chegada nos construímos uma laço de fraternidade com essas comunidades e junto conseguimos alterar o percurso que

⁶⁵O mapa mais recente do Monitor de Secas aponta avanço do nível de seca grave no Ceará. A ferramenta indica que, em outubro de 2019, a taxa era de 0,02% e passou para 15,49% em novembro. As áreas mais atingidas estão a leste da macrorregião Jaguaribana e a oeste do Sertão Central e Inhamuns. Neste nível, os possíveis impactos são perdas de cultura ou pastagens, escassez e restrição de água imposta. De acordo ainda com monitoramento regular e periódico da situação da estiagem, o Ceará apresentava, no último mês, 91,85% do seu território com algum nível de seca, segundo a classificação do Monitor (FUNCEME, 2019)

estava permeado de desencanto e aglutinar no coração dessas comunidades a busca pela complementaridade (MARTINEZ, 2014).

Segundo a Coordenadora da UGP, dessas 600 comunidades 589 estão atualmente recebendo a segunda parcela dos investimentos produtivos que foram definidos nos planos de investimentos comunitários e familiares. Para Iris Tavares, no segundo ano de execução do Paulo Freire, já era possível visualizar as melhorias econômicas e sociais, pois, com a chegada da assistência técnica a primeira ação foi organizar as famílias para participarem das políticas públicas de desenvolvimento rural que estavam disponíveis naquele momento. Ela afirma:

Levamos um pequeno exército de 300 técnicos para trabalharem nessas comunidades, buscando uma assessoria técnica voltada para definir e priorizar as cadeias produtivas potenciais de cada comunidade, levando as famílias para participarem do PAA, do PNAE, do PRONAF, do Bolsa Família, em muitos casos fizemos até a documentação pessoal, pois muitos não tinham nem certidão de nascimento, levamos cidadania, estimulamos o intercâmbio com outras comunidades e sempre trazendo para o centro do debate as mulheres e a juventude, como protagonistas desse novo olhar que construímos coletivamente em cada comunidade (MARTINEZ, 2014).

Simultaneamente ao trabalho de construção dos diagnósticos participativos e dos planos de desenvolvimento de cada localidade atendida pelo Projeto Paulo Freire, as equipes de assessoria técnica foram construindo possibilidades de inserção dessas famílias nos diversos programas de apoio à agricultura familiar e de redução da vulnerabilidade social. Visto que, a grande maioria não tinha conhecimento desses programas, tampouco poderia participar dos mesmos. Como nos remeter Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider:

As políticas públicas de combate à pobreza ganham novo significado para o desenvolvimento pelo fato de que podem amenizar uma situação adversa em período curto de tempo e servir de impulso para a sua superação em longo prazo, reduzindo as desigualdades sociais. Assim, políticas e programas, como a transferência condicionada de renda nos moldes do Programa Bolsa Família (PBF), podem ser vistos como uma ferramenta importante não só pelo acesso a renda mas também por condicionar a frequência escolar e o acompanhamento médico de crianças e mães beneficiárias do programa, influenciando nas capacitações dos beneficiários, além de incentivar o acesso ao mercado de trabalho, ao fornecer qualificação profissional (SILVA & SCHNEIDER, 2015 p. 444).

Nos relatórios de acompanhamento do FIDA e nos debates dentro dos colegiados territoriais é nítido a importância que se deu à inserção dessas famílias dentro do rol de políticas públicas como etapa inicial do processo de melhoria das condições de vida dos beneficiários do projeto. Essa posição do Governo do Estado e do FIDA é com clareza uma

decisão política, pois a inclusão dessas famílias nas políticas públicas está caminhando *vis a vis* com o processo de formação continuada em uma perspectiva emancipadora. Como afirma Ulrich Brand, em sua contribuição no livro *descolonizar o imaginário*, políticas públicas emancipadoras também têm a tarefa de organizar, de maneira muito cuidadosa e não hierárquica, essa forma de alcançar conhecimento sobre a sociedade, seus problemas, demandas, interesses e valores (BRAND, 2016).

4.1 Assessoramento técnico no PPF: continuidades e rupturas

A assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil nasce com um viés desenvolvimentista, baseado no modelo norte-americano, cuja implantação começou em fins da década de 1940 e se consolidou em meados da década de 1970. Como nos traz didaticamente César Nunes de Castro:

De acordo com o modelo norte-americano de difusão de inovações, que basicamente atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, a função dos institutos de extensão rural era servir de interlocutor entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária (CASTRO, 2015, p.9).

Nos anos 80 e 90, com o modelo neoliberal implantado no Brasil a todo vapor, há uma redução do tamanho do Estado e as estruturas de ATER são drasticamente reduzidas e desmanteladas. Em 1989, a Embrater⁶⁶ foi extinta, juntamente com outras empresas estatais, mediante o Decreto no 97.455, de 15 de janeiro. Da extinção da Embrater até a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) em 2013 houve um hiato profundo que relegou aos Estados ou a iniciativa privada a missão de aproximar a pesquisa agropecuária à extensão rural e à transferência de tecnologia aos agricultores.

No entanto, não bastava reconstruir as estruturas institucionais da ATER, era preciso redirecionar seu olhar para os novos atores que historicamente foram excluídos do seu acompanhamento, em especial os agricultores familiares. Basta analisar a longa crise que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE viveu nessas últimas décadas (esvaziamento do quadro de pessoal, fechamento de escritórios em diversos municípios, ingerência política, dívidas trabalhistas, etc.). Após

⁶⁶Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), era uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio que cuidava da política nacional de assistência técnica e extensão rural em todo o país foi extinta em 1989 pelo Presidente José Sarney.

mais de 30 anos, o governo cearense fez um concurso público para o preenchimento de pouco mais de 200 cargos de agente auxiliar de assistência técnica (nível médio) e agentes de ATER (nível superior), insuficientes para cobrir o grande déficit de técnicos na instituição.

Foi consciente dessa problemática, como nos reporta a coordenadora da UGP Iris Tavares, que o Paulo Freire redesenhou um novo modelo de ATER:

Não podíamos contar somente com o apoio da Ematerce na estratégia de Assessoria Técnica para o Projeto Paulo Freire, era precisa repensar uma nova metodologia de assessoramento contínuo as famílias e aos empreendimentos coletivos, precisamos definir uma assessoria que tivesse como foco a mobilização social na busca do engajamento ativo das famílias atendidas e que tocasse na alma de cada participante (TAVARES, 2019).

Além disso, a filosofia norteadora da assessoria técnica (AT) encampada pelo PPF possibilitou a inclusão de conceitos como desenvolvimento sustentável, agroecologia, gênero, geração e controle social, temas até então longínquos das atividades da Ater estatal.

A metodologia usada na formatação da AT é o impulsionamento de uma assessoria técnica contínua que busca o desenvolvimento da base produtiva definida pelos Planos de Investimentos, coadunadas com uma assessoria especializada que visa à inovação, bem como uma agregação de valor aos produtos, a busca constante pelo desenvolvimento das capacidades e a luta por abertura de novos mercados aos produtos gerados pelo eixo coletivo e familiar.

Atualmente o Projeto Paulo Freire conta com a colaboração da Cáritas Diocesana de Crateús (CDC), Centro de Estudo do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CACTUS), Centro de Estudos e Assistência as Lutas do Trabalhador Rural (CEALTRU), Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), Instituto Antônio Conselheiro de Apoio, Assessoria e Pesquisa para o Desenvolvimento Humano (IAC), e Instituto Flor do Piqui (IFP). Essas entidades são as responsáveis pelo acompanhamento diário e sistemático da assistência técnica das famílias do PPF.

O processo formativo das famílias nos eixos prioritários do projeto, como igualdade de gênero e oportunidade juvenil, deu uma significativa contribuição para o entendimento dos temas e na construção de ações que pudessem contornar as profundas

desigualdades entre homens, mulheres, jovens, indígenas, pescadores e quilombolas público alvo e prioritário do PPF.

Essa meta de acompanhamento ao público alvo traçada no marco lógico já pode ser mensurada, de acordo com o último relatório de supervisão das metas, feita pela equipe do FIDA em missão realizada no dia 06 de Junho de 2019. Os números são animadores, vejamos:

O foco é os pequenos produtores rurais, com atenção especial dada às comunidades mais marginalizadas e vulneráveis, incluindo comunidades quilombolas (13 comunidades com 988 famílias), indígenas (2 com 97 famílias) e pescadores artesanais (12 comunidades com 485 famílias), e às mulheres (28.127 famílias chefiadas por mulheres, e 334 mulheres em cargos de liderança) e aos jovens rurais (8.743 famílias chefiadas por jovens). Uma melhoria significativa foi observada desde a revisão de meio termo (FIDA, 2019).

Como podemos observar, das 60 mil famílias pactuadas para receberem apoio do FIDA, mais de 28 mil são lideradas por mulheres. Isso representa uma parcela significativa de núcleos familiares que tem como líder a mulher. Esse fato possibilita amplificar o diálogo sobre igualdade de oportunidades e avançar nas transformações sociais, buscando permanentes rupturas com as práticas patriarcais tão naturalizadas no meio rural cearense. Para o FIDA, as metas direcionam para um avanço importante, como observa-se nesse trecho do último relatório de supervisão:

O PPF está fazendo uma contribuição significativa para atender às necessidades das mulheres e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Mais precisamente, o projeto está (i) promovendo o seu empoderamento econômico (através da capacitação e assegurando que atividades específicas sejam incluídas nos planos de investimento); (ii) permitindo que mulheres e homens tenham voz e influência iguais nas associações; e, (iii) alcançando um equilíbrio mais equitativo nas cargas de trabalho e no compartilhamento de benefícios econômicos e sociais entre mulheres e homens. (FIDA, 2019)

O projeto conseguiu transformar as normas sociais de gênero, pois em 2019 foram 28.127 as famílias chefiadas por mulheres (172% acima da meta), além de beneficiar 43.000 mulheres com atividades produtivas. Das 600 comunidades onde o projeto ocorre, em 323 (54%) as mulheres têm papel chave de liderança. O trabalho do PPF com segurança hídrica também afetou as relações de gênero, ao passo que o aumento do acesso à água potável possibilitou a inserção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra feminina, visto que, essas atividades historicamente foram impostas às mulheres. Dados que nos permitem fazer um diálogo singelo com a proposta do Bem Viver, na medida em que a articulação do PPF construiu nas comunidades pontes de debate a partir da ecologia; da economia solidária; de um novo modelo produtivo centrado nos processos agroecológicos, onde mulheres e jovens são protagonistas de uma luta que busca romper com a colonialidade e com o patriarcado.

Todo isso comunga com o *Sumak Kawsay*, já que Viver Bem é respeitar a mulher, porque ela representa a Pachamama, que é a Mãe Terra, que tem a capacidade de dar vida e de cuidar de todos os seus frutos.

4.2 Didática dos investimentos produtivos do PPF

Os arranjos produtivos ocasionados pelo Projeto Paulo Freire visava primordialmente o aumento da renda e da qualidade de vida da população alvo, por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo e sustentável, com a conseqüente redução da pobreza nas 31 municipalidades onde o Projeto focalizou no seu marco lógico.

De acordo com o relato de diversos técnicos, houve um atraso na execução dos Planos de Investimentos (PI) definidos nos planos de desenvolvimento. Essa situação, como já mencionada, fez com que o Governo do Estado solicitasse a extensão do prazo até dezembro de 2020 para a conclusão das atividades do Paulo Freire, solicitação que foi aprovada, tanto no âmbito do Governo Federal quanto pelo FIDA. O período de fechamento do PPF será entre janeiro e junho de 2021. Segundo informações da UGP esta ampliação de prazo condiz com a necessidade de um período maior para a conclusão das ações em campo, principalmente, a execução dos PIs, construção de cisternas, e a finalização das atividades de assistência técnica.

Atualmente (Dezembro de 2019), o PPF alcançou um total de 50.918 famílias, ou seja, 85% da meta prevista no seu desenho. Conforme a última missão do FIDA, o PPF conta atualmente com 529 PIs em execução, que representam R\$ 95,3 milhões (FIDA e Estado), sendo que o montante de R\$ 46,4 milhões (49%) já foi transferido para as associações (48,6%). Deste valor, apenas R\$ 20,4 milhões (43%), foram executados e as prestações de conta enviadas. Já estão disponibilizados R\$ 26,0 milhões nas contas das associações que ainda não executaram os seus planos. Nas ações relacionadas ao acesso à água, importantes avanços foram alcançados. 1.230 cisternas da primeira etapa foram concluídas. Atualmente, os novos contratos estão com aproximadamente 30% executado, com 1.281 cisternas finalizadas.

No que tange ao Plano Operativo Anual (POA) uma espécie de planejamento orçamentário para o ano fiscal, os dados disponíveis em 31/05/2019 apontam para um desempenho de 39% de execução financeira, onde o valor total de R\$ 195,5 milhões teve até essa mesma data uma aplicação de R\$ 77 milhões. Conforme nos relatou a UGP com a

prorrogação do PPF para um prazo de aproximadamente 18 meses o POA de 2019 será ajustado levando em conta essa prorrogação do projeto e que estava previsto uma elevação da taxa de execução do POA, uma vez que o PPF irá transferir recursos referentes à 1ª e 2ª parcelas dos Planos de Investimentos para as associações e a realização dos pagamentos das entidades de Assessoria Técnica Contínua.

O valor disponível de orçamento para o POA 2019 é de R\$ 49 milhões, sendo R\$ 15,5 milhões da fonte FIDA e R\$ 33,5 milhões de contrapartida do Governo do Estado do Ceará. Na Tabela 4, podemos analisar com mais detalhe a execução financeira no período de 01/01/2019 a 30/05/2019 em moeda nacional.

Tabela 4 - Elaborada baseada nas informações do relatório de Supervisão do FIDA em 2019.

Componente	Planejado – POA	Executado	%
Componente 1	37.187.782,78	1.768.325,92	5
Componente 2	20.924.365,50	1.381.066,99	7
Gestão do Projeto	10.156.862,46	1.529.688,15	15
Monitoramento e Avaliação	1.998.457,37	-	0
SUBTOTAL 1	70.267.468,11	4.679.081,06	7
Contrapartida do Governo do Ceará e outros programas	86.856.879,07	72.313.809,56	83
Contrapartida dos beneficiários – acesso as políticas públicas	38.335.204,80	-	0
SUBTOTAL 02	125.192.083,87	72.313.809,56	58
TOTAL GERAL	195.459.551,98	76.992.890,62	39

Fonte: IFAD (2019).

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que os investimentos oriundos do FIDA, do Governo do Estado e também do Fundo Espanhol, que é outro parceiro do Projeto Paulo Freire, são investimentos não reembolsáveis por parte das famílias e comunidades que recebem apoio para elaboração, execução e acompanhamento dos Planos de Investimentos, que são elaborados após a definição das prioridades construídas nos planos de desenvolvimento. Ressaltamos que os planos de negócios das organizações econômicas, em alguns casos, são mais abrangentes que o nível comunitário, porquanto, podem atender várias comunidades e vários outros municípios. As atividades inovadoras e que buscam a recuperação ambiental são ações prioritárias inseridas nos planos de desenvolvimento.

A execução financeira dos investimentos é diretamente assumida pelas organizações comunitárias e econômicas, representando os beneficiários reunidos em torno dos empreendimentos, ou seja, as famílias são estimuladas a construir didaticamente a autogestão dos empreendimentos coletivos ou familiares, rompendo com o paternalismo e clientelismo, tão arraigado na cultura brasileira.

Essa autogestão nos faz acreditar que iniciativas como essa começam a se constituir em uma alternativa para a desconstrução da matriz colonial que esteve sempre na base da organização econômica dos projetos estatais ou das entidades multilaterais.

O bem viver envolve, pois, uma reflexão necessária sobre uma nova visão de Estado de e economia, ao defender a construção de uma nova dinâmica comunitária e autônoma dos seus destinos.

Essa matriz de participação comunitária, visualizada nas práticas diárias do Projeto Paulo Freire, nos faz pensar no debate proposto por Michel Löwy:

Mas o bem viver também envolve outra visão de economia, sustentada em princípios como a solidariedade, sustentabilidade, reciprocidade, complementariedade, responsabilidade, integralidade e autossuficiência. Isso significa uma economia não baseada no produtivismo e consumismo exacerbados pelo capitalismo, cujo limite será a nossa sobrevivência como espécie (LÖWY, 2011, p21).

O PPF está implementando abordagens participativas, com ênfase especial na participação e benefícios para mulheres, jovens e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais), centradas na solidariedade entre indivíduos, famílias e comunidades inseridas no processo de construção do Projeto Paulo Freire. Os aportes financeiros são instrumentos de emancipação e fortalecimento da coletividade.

4.3 Juventude do PPF: as correntes da sustentabilidade

O Projeto Paulo Freire tem se destacado em promover iniciativas visando criar mais oportunidades para os jovens camponeses. No marco lógico está definido uma meta que atuação para pelo menos 1.200 famílias que são liderados por jovens na idade de 15 a 29 anos nos diversos projetos. As ações para a juventude não estiveram ligadas somente ao viés econômico/produtivo, mas o Projeto realizou diversas ações estratégicas, como: encontros territoriais de monitoramento, avaliação e planejamento das ações de juventudes e comunicação popular, caravana estadual das juventudes do semiárido, oficinas de comunicação e expressão e festivais territoriais das juventudes do semiárido. Na Figura 3, a ocorrência da última Caravana Estadual Juventudes do Semiárido, que contou com participação de mais de 300 jovens aconteceu em Fortaleza nos dias 15/16 e 17 de julho de 2019. O principal tema desse evento foi a agroecologia, juventude e democracia.

Figura 4 - Caravana Estadual Juventudes do Semiárido.



Fonte: Lucas Calisto (portal da FETRAECE, 2019).

O rol de atividades para o público jovem do projeto simboliza um olhar para a diversidade de juventude no campo e demonstra que o projeto Paulo Freire implementa políticas que transformam essas realidades, na medida em que implementa um processo de identidade do jovem com o habitat natural, buscando a sua permanência no campo e facilitando a sucessão rural nas famílias beneficiadas pelo PPF, lideradas ou não pelos jovens camponeses.

Essa estratégia de empoderamento da Juventude rural nos parece que tenta quebrar o ciclo de masculinização do campo brasileiro, como nos fala Abramovay (2005), o esvaziamento do campo é uma ameaça para o desenvolvimento rural; o êxodo da juventude promove o envelhecimento do meio rural e a masculinização do campo, considerando que a maior parte dos emigrantes rurais são mulheres. Baseado nesse diagnóstico, o PPF articula ações para que a juventude camponesa ganhe musculatura social dentro dos projetos e seja protagonista no processo de sustentabilidade da sua família e da sua comunidade.

Hoje, de acordo com os últimos dados levantados pelo sistema de monitoramento e avaliação do SEMEAR/FIDA, o programa conta com a participação de 8.743 famílias chefiadas por jovens em todo o projeto, um percentual preponderante e que supera a meta inicial de 1200 famílias previstas no Marco Lógico. O trabalho com a juventude camponesa,

trilhado pelo Projeto Paulo Freire, possibilitou a pavimentação de ações que estão conectadas com o rol de princípios do Bem Viver, em especial ao princípio do saber dançar, do saber beber e da reincorporação da agricultura ao seu cotidiano. Os festivais da juventude, por exemplo, são culminâncias que ajudam os jovens a se reconectarem com a sua comunidade, com o seu modo de vida, promovendo a troca de experiências e construindo redes de solidariedade, de aprendizagem, de saberes e de vivências plurais. Como assevera Solón, o Bem Viver é o encontro da diversidade. Saber viver é praticar pluriculturalidade. É reconhecer e aprender com a diferença, sem arrogância ou prejuízo (SOLÓN, 2019, p.31).

3.4 A agroecologia como componentes do projeto Paulo Freire

De acordo com Altieri (2000), o termo Agroecologia pode significar muitas coisas. Superficialmente definida, geralmente incorpora ideias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também na sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Já para Eduardo Cerdá, ex-vice-presidente do Centro de Graduados da Faculdade de Agronomia da Universidade de La Plata (Argentina), e membro da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA), a agroecologia é tornar os conceitos de ecologia e de produção agropecuária compatíveis (CERDÁ, 2017). Esse conceito é ampliado pelo pesquisador Gladstone Leonel Júnior, que é doutor em Direito pela Universidade de Brasília e assessor da Relatoria Nacional do Direito à Terra, Território e Alimentação Adequada da Plataforma DHESCA - Brasil, para ele a agroecologia é promotora de direitos humanos. Nessa passagem o professor Leonel Júnior delinea sua ideia:

A agroecologia preza por outros valores: a não exploração do homem e da mulher por outras pessoas, o alimento sustentável - sem agrotóxico e sem transgênicos -, o preço justo na comercialização. A partir do momento que apresenta esses elementos, ela vai materializando um número de direitos humanos. A gente observa a Agroecologia como uma promotora de direitos humanos: o direito à alimentação adequada, à terra rural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (JÚNIOR, 2017, sem paginação).

Aparenta que o Projeto Paulo Freire comunga com as ideias elencadas acima, na medida em que determina que os todos os planos de investimentos financiados e acompanhados pelo PPF devem ter na sua matriz uma perspectiva de uso sustentável dos

recursos naturais, tendo a agroecologia como uma prática agrícola diferenciada que pode ser um contraponto ao que conhecemos como agronegócio.

Segundo o relatório Agroecologia e o Direito à Alimentação, produzido pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, o professor belga Olivier De acordo com a Comunicação da 14ª Jornada de Agroecologia, a agroecologia reduz os custos de produção ao minimizar o uso de insumos caros, melhorando as condições de vida das famílias agricultoras, particularmente aquelas mais pobres. Ela pode ser intensiva em conhecimentos e em mão de obra, criando oportunidades de trabalho nas áreas rurais e promovendo o desenvolvimento rural (Comunicação da 14ª Jornada de Agroecologia, 2014). No seu relatório, o professor Schutter é enfático quando acrescenta que:

A agroecologia faz uma ponte entre o conhecimento tradicional e a ciência integradora de várias áreas, valorizando tanto as inovações tecnológicas que ajudam a enfrentar os problemas vinculados à produtividade da plantação, quanto o camponês como sujeito fundamental para o trabalho no campo, reestruturando socialmente a comunidade agrícola e a agricultura familiar, de onde advém 70% dos alimentos para consumo no mundo (COMUNICAÇÃO DA 14ª JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2015).

A centralidade do debate sobre Agroecologia nos Planos de Investimento (familiar e coletivo), financiados pelo Projeto Paulo Freire ao longo de sua trajetória, permite constatar que houve uma redução antrópica sobre os recursos naturais das comunidades beneficiadas.

De acordo com os relatórios de monitoramento e avaliação, no tocante ao consumo energético das famílias, foram construídos 115 fogões ecoeficientes que reduziram em mais de 50% o consumo de lenha. Foram também construídos 30 biodigestores que tiveram um impacto positivo sobre a produção de energia doméstica e redução das despesas familiares. Foram efetivados 50 sistemas de reúso de água que permitiram criar uma nova destinação para a água, antes descartada. Esse conjunto de ações tem diminuído a pressão sobre a vegetação nativa mediante o uso mais sustentável dos recursos naturais.

Outro dado importante colhido nos relatórios de supervisão é sobre os investimentos realizados no cultivo de forragens e no seu armazenamento. Essa forragem é armazenada, principalmente, na forma de silagem, mas também no plantio de campos de palma forrageira. Essa ação possibilitou diminuir a pressão sobre a vegetação nativa, principalmente no período seco, mais crítico do ano (FIDA, 2019).

O que podemos constatar é que a generalização de práticas agroecológicas tem diminuído o uso de agrotóxicos, pois 100% dos 529 investimentos produtivos realizados pelo PPF aplicam práticas agroecológicas de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga. As práticas agroecológicas também provocam uma diminuição do uso do

fogo para o preparo da terra e aumentam as práticas de preservação do solo. A gestão da água para produção segue princípios de reuso de água e uso racional via sistemas eficientes de irrigação (microaspersão e capilaridade). Na entrevista que fizemos com o técnico Jardel Silva que trabalha no município de Nova Olinda ele afirma que:

O trabalho com agroecologia tem motivado os beneficiários do Projeto Paulo Freire, para os agricultores é um retorno as suas antigas práticas, que vieram dos seus pais e avós, então quando falamos de sementes crioulas, de gerimun, de frutas, de batatas e de plantas medicinais tudo junto e misturado na mesma terra, eles dizem que isso eles já faziam antes e agora vão fazer com mais vontade. Então é essa busca do cuidado com a terra que estamos levando cada vez mais para ser discutido nas reuniões e nas práticas de campo nas comunidades do Projeto Paulo Freire (SILVA, 2019, p.21).

Para a supervisora do PPF, a técnica Odália Severo, o Projeto Paulo Freire através da ação de assessoria técnica vem fortalecendo espaços de debate na perspectiva da Agroecologia, Convivência com o Semiárido e ações de democratização do acesso à água, com o protagonismo de mulheres, jovens e comunidades tradicionais (SEVERO, 2019).

O que podemos analisar é que as práticas agroecológicas, por priorizarem e utilizarem os recursos disponíveis nos sistemas de produção e nas propriedades, apresentam um potencial elevado para ser reproduzidas e ampliadas sem necessariamente precisar de um apoio externo intenso.

Uma grande inovação que o Projeto Paulo Freire trouxe para as comunidades e em especial para as agricultoras foi a criação da Caderneta Agroecológica, que é uma proposta de monitoramento da produção da agricultura familiar e camponesa com o objetivo de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica e diversificada, sobretudo das mulheres agricultoras. Segundo o Guia metodológico da Caderneta Agroecológica, o principal propósito dessa estratégia é:

Analisar a contribuição das mulheres rurais para a economia familiar e para a reprodução do seu agroecossistema . Nesse ponto é importante enfatizar que o trabalho com as cadernetas agroecológicas se iniciou a partir de um questionamento das bases da economia hegemônica, que apenas consideram como parte da economia aquelas atividades que geram recursos monetários, ou seja, apenas as que tem relação com o mercado. Dessa forma, boa parte das atividades que ficam sob responsabilidade das mulheres são invisibilizadas ou desconsideradas por essa perspectiva da economia, centrada na logica mercantil. Para um olhar contra-hegemônico sobre a economia, que permita dar visibilidade ao conjunto de atividades protagonizadas pelas mulheres na sociedade (CARDOSO, 2019 p.9).

Todo esse rol de ações, que estão sendo concatenadas no Projeto Paulo Freire, no seu componente de desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental, nos permite estabelecer conexões próximas dos princípios do Bem Viver elencados por Choquehuanca,

quando sistematizou e ampliou esses princípios. O trabalho do PPF com a agroecologia guarda relação com o princípio da proteção às sementes, pois elas são a riqueza agrícola ancestral. Como afirma Gabriel Fernandes, assessor técnico da organização ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, o manejo de sementes é como uma herança da sabedoria ancestral que pode ser contada desde o início da história da agricultura (Brasil de Fato, 2017). Podemos relacionar ainda o princípio da recuperação dos recursos naturais ao viés defendido por Gudynas (2019), quando afirma que cuidar da terra reposiciona o papel do ser humano como parte da comunidade da vida, junto com as demais espécies viventes. E por fim, mas não menos importante, o princípio da proteção da água e do seu correto uso. Esse princípio está muito bem compreendido pelas comunidades atendidas pelo Projeto Paulo Freire, pois todas as comunidades estão inseridas no semiárido e sabem a importância de ter água de qualidade na sua casa. Como nos instiga a historiadora e coordenadora do PPF, Iris Tavares:

A água é, sem dúvida, um elemento primordialmente vital para a vida do ser humano. Sem água, não poderia haver a produção de alimentos e, sem água e alimentos a vida simplesmente não seria possível. A água é um bem comum, um bem público, é um direito humano de todas e todos (TAVARES, 2019).

É importante mencionar que sobre o acesso à água, em especial a construção de infraestruturas de captação e armazenamento tem fortalecida a resiliência das famílias frente às mudanças climáticas, garantindo no caso das cisternas domiciliares, o acesso à água de qualidade (FIDA, 2019).

Embora o Projeto Paulo Freire não tenha sido concebido sob a ótica do conceito de Bem Viver, pois este paradigma não está presente em nenhuma diretriz, meta ou resultados, é possível mensurar a presença de princípios do *Sumak Kawsay* (obter acordos consensuados, viver em complementaridade, manter equilíbrio com a natureza, reincorporar a agricultura, trabalhar em reciprocidade, proteger as sementes, respeitar a mulher, recuperar os recursos naturais e proteger a água) intrínsecos nas políticas executadas pelo projeto ao longo da sua trajetória.

CONCLUSÃO

Essa dissertação abordou o tema dos princípios do Bem Viver inseridos na construção do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, analisando o contexto sócio-econômico-cultural-ambiental em que esse projeto foi executado e suas interfaces com as políticas públicas no Estado do Ceará.

O eixo teórico desse trabalho buscou dialogar permanente com a cosmovisão defendida pelos pensadores e pensadoras que se aglutinam no que chamamos de Bem Viver e pós-extratativismo, dois conceitos que estão ainda em construção, mas que já apontam para uma nova epistemologia, galgada na desmercantilização da natureza, na busca do biocentrismo e na força do comunitário. E com isso, trazemos uma mudança paradigmática sobre a perspectiva do desenvolvimento sustentável, que na atualidade não responde mais aos desafios emergenciais e estruturais da humanidade, pois nunca rompeu com imperativo do crescimento econômico capitalista que é o verdadeiro problema do globo.

Longe de contradizer os conteúdos já produzidos pelo Programa em Desenvolvimento Regional Sustentável, mas reforçando o quanto é confortável sentar-se a uma cátedra de conhecimento quando outros traçaram rotas de saberes importantes até este momento. A presente dissertação descansa sob a sombra dos que lançaram sementes antes de nós e que nos legaram elementos que foram capazes de hoje possibilitar a compreensão de que é sempre possível haver um novo modo de pensar o mundo e as soluções para os problemas nele encontrados.

Os princípios do Bem Viver, disseminados em diferentes perspectivas e visões particularizadas da ideia central de uma nova/velha relação do homem com o mundo, são esquematizados didaticamente por nossa investigação no tripé indissociável da relação do homem consigo, com os seus semelhantes e com a natureza.

O Projeto Paulo Freire edifica-se sobre um arcabouço pedagógico que já estrutura princípios básicos do Bem Viver, dentre os quais se destaca a obtenção de acordos consensuados, viver em complementaridade, manter equilíbrio com a natureza, reincorporar a agricultura, trabalhar em reciprocidade, proteger as sementes, respeitar a mulher, recuperar os recursos naturais e proteger a água.

Na visão de gestores, embora não necessariamente imbuídos conceitual e formalmente sobre o que é o Bem Viver e seus princípios, mas relatam constantemente em suas falas os pilares de fortalecimento e condições para promoção da perenidade das iniciativas implementadas pelo Projeto Paulo Freire em cada comunidade rural atendida.

Há o que fortalecer, especialmente na tarefa de estabelecer o sentido de pertença à natureza e o sentido da comunidade, as duas centralidades do bem viver.

Recomenda-se a continuidade de estudos dessa natureza para que o Bem Viver possa se fortalecer como uma ideia e realidade através de Políticas Públicas emancipadoras que rompam fundamentalmente com a ideologia ocidental de dicotomia entre sociedade e natureza, onde esta última simplesmente é fornecedora de bens materiais à sociedade e está a serviço dos humanos. Rumo ao *Sumak Kawsay*!

REFERÊNCIAS

A agroecologia como modelo ideal de produção de alimentos. Comunicação da 14ª Jornada de Agroecologia. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/06/17/a-agroecologia-como-modelo-ideal-de-producao-de-alimentos/>> Acesso em: fevereiro de 2020.

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. **Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2005.

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

ALBUQUERQUE, M. C. C. Uma avaliação do setor agrícola brasileiro no período 1960-1980. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas: **Núcleo de Pesquisas e Publicações**, 1985.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ed. Porto Alegre: **Universitária/UFRGS**, 2000.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1949 - Surge a expressão subdesenvolvimento. **OperaMundi**, 2014. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/33527/hoje-na-historia-1949-surge-a-expressao-subdesenvolvimento>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

ALVES, Marina Vitória. Neoconstitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano: características e distinções. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, ago. 2012, p. 133-145. Disponível em: <<http://www4.jfrj.jus.br>>. Acesso em 23 set. 2019

BOFF, Leonardo. **A terra na palma da mão: uma nova visão do planeta e da humanidade**. 2016. 272 p.

CARDOSO, Elisabeth. **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Recife: FIDA, 2019. 38 p. : il.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 2015.

CASTRO, E. V. Perspectivismo e Multiculturalismo na América Indígena In.: **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

Ceará tem 11% do território em processo de desertificação, aponta estudo. **Portal G1** Ceará, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/ceara-tem-11-do-territorio-em-processo-de-desertificacao-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. SDA. **Projeto São José**: Folder. Fortaleza, 2012.

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. Equador, 2008. Disponível em https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, Bolívia, 2009. Disponível em https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El BuenVivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Revista iberoamericana de estudios de desarrollo**, v. 5, n. 2, p. 30-57, 2016.

DE LA CUADRA, Fernando. BuenVivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista?. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 40, 2015.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. – 3. Ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

DESCOLA, Philippe. La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. Editorial **Abya Yala**, 1996.

Desigualdade cresce mais no meio rural. **BeefPoint**. Página inicial. 2019. Disponível em: <<https://www.beefpoint.com.br/desigualdade-cresce-mais-no-meio-rural/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Os indígenas e os impactos da colonização europeia, 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/os-indigenas-e-os-impactos-da-colonizacao-europeia/>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

FETRAECE. Grito da Terra Estadual 2018. Fetraece conquista cerca de R\$ 6,5 milhões para agricultura familiar, 2018. Página inicial. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=510#.XjrcCNJKjiU>. Acesso em: fevereiro de 2020.

FIDA. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Construindo um mundo livre de pobreza. Julho, 2016. Disponível em: <<http://www.ruralpovertyportal.org>> Acesso em: fevereiro de 2020.

FRANK, Andre Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Sinal**, 1968.

GARCIA, Ernest. Decrescimento e Bem Viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LENA, Philippe. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GLICK, P. M. A administração da assistência técnica: Crescimento nas Américas . Chicago: **University of Chicago Press**, 1957.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. A Pesquisa na Produção do Conhecimento: Questões Metodológicas. **Revista Científica**, São Paulo, 2005.

GUDYNAS, E.; A. ACOSTA. La renovación de la crítica al desarrollo y el buenvivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v.16, n. 53, p.71-83, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução Igir Ojeda. São Paulo: **Elefante**, 2019.

GURJÃO, André. FIDA avalia positivamente política pública de combate à extrema pobreza. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 2019. Disponível em: <<https://www.sda.ce.gov.br/2019/06/14/fida-avalia-positivamente-politica-publica-de-combate-a-extrema-pobreza/>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

HANS, Jonas. O Princípio Responsabilidade: ensaios de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: **Contraponto**; Ed. PUC-Rio, 2006.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el *Sumak Kawsay*. *Sumak Kawsay Yuyay*. **Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**, p. 29-73, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

IFAD - International Fund for Agricultural Development. Brazil. Productive Development and Capacity-Building Project Supervision Report 95. 2019. Disponível em: <<https://operations.ifad.org/documents/654016/9232b108-b029-4a5a-9141-fa78e96fb511>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

IHU Online. “Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana, 2016a. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562162-nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

IHU Online. Desenvolvimento sustentável: fundamentação teórico-prática. **Instituto Humanitas Unisinos**. edição 203, 2010a. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3436-pablo-davalos>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

IHU Online. Eduardo Viveiros de Castro: ‘O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios’, 2016b. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559817-eduardo-viveiros-de-castro-o-que-se-ve-no-brasil-hoje-e-uma-ofensiva-feroz-contra-os-indios>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

IHU Online. O desenvolvimento sustentável é um oxímoro. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/eventos/188-noticias/noticias-2018/578763-o-desenvolvimento-sustentavel-e-um-oximoro>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

IHU Online. *Sumak Kawsay*. Nem melhor, nem bem: viver em plenitude. Entrevista especial com Esperanza Martínez. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2010b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/34622-sumak-kawsay-nem-melhor-nem-bem-viver-em-plenitude-entrevista-especial-com-esperanza-martinez->>. Acesso em: fevereiro de 2020.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Objetivo do desenvolvimento do milênio. Relatório do estado do Ceará 2010. Fortaleza, 2010.

JARA, Carlos Júlio. As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. **Expo Brasil Desenvolvimento Local. IICA** – Brasil. Brasília: 2001

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza rural no Brasil em 2003. Encontro de Nacional de Economia Política. Campinas, SP: **Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2005.

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian & FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o Imaginário—debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**, São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEWIS, CARROL. **Alice no país das maravilhas**. 1865.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental**. São Paulo: Elefante, 2019.

LÖWY, Michael. Entrevista ao site do Instituto Humanitas da UNISINOS. 2011

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir/Vivir Bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Convenio Andrés Bello, Instituto Internacional de Investigación e Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas. La Paz, 2010 122p.

MANCE, Euclides André. **Bem-Viver**. Solidarius. Filosofia da Libertação. V Plenária de Economia Solidária do Brasil Luisiana, Dezembro, 2012. 28 slides.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária**. Curitiba: IFiL, Editora Gráfica Popular, 2004.

MARTÍNEZ, Patrícia. Água, fonte vital para a Soberania Alimentar, por Evelyn Patrícia Martínez. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/04/08/agua-fonte-vital-para-a-soberania-alimentar-por-evelyn-patricia-martinez/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

MAX-NEEF, M. Desenvolvimento à Escala Humana: Concepção-Aplicação-Reflexos Posteriores. Blumenau: **Edifurb**, 2012

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Documento de Referência. 2ª. Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasília-DF, abril/2013.

MEDINA, Javier. Suma qamaña, vivir bien y de vita beata. Una cartografía boliviana. **La Reciprocidad**, 2011.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania inicia pagamento da 13ª parcela do Bolsa Família nesta terça (10), 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/dezembro/ministerio-da->>

[cidadania-inicia-pagamento-da-13a-parcela-do-bolsa-familia-nesta-terca-10](#)>. Acesso em fevereiro de 2019.

MIP - **Manual de Implementação do Projeto Paulo Freire**. Fortaleza, 2013.

MORGAN D. L. **Focus groups as qualitative research**. 2. ed. London: Sage Publications, 1997.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006

NISBET, Robert A. **Mudança social e história: aspectos da teoria ocidental do desenvolvimento**. Nova York: **Oxford University Press**, 1969.

NUEVA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO. Bolívia, 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: maio de 2019.

ONUBR. **Organização das Nações Unidas** – Brasil. FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Salvador-BA, 2019.

OXFAM BRASIL. **Terrenos Da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Sao Paulo, Brasil: **Oxfam Brasil**, 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Desenvolvimento sustentável, Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em 14 de setembro de 2019

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PROJETO PAULO FREIRE - Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades. Relatório de supervisão. 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Bem Viver”: entre o “Desenvolvimento” e a “Des/colonialidade” do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 37, n. 01, p. 46-57, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Globalización, colonialidad y democracia**. Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia, p. 25-61, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

RUFFATO, Luiz. **Os índios, nossos mortos: O Brasil, país racista e preconceituoso, sempre demonstrou profundo desprezo pelos povos indígenas**, 2016. Disponível em:

https://brasil.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html>. Acesso em: fevereiro de 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, B. S. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

SBARDELOTTO, Moisés. *Sumak Kawsay*: uma forma alternativa de resistência e mobilização. Revista do Instituto HumanitasUnisinos, edição 340, 2010. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3436-pablo-davalos>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

SDA -Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará – Projeto São José IV**. Marco da Política de Reassentamento Involuntário (Versão Final). Fortaleza, 2019.

Sementes crioulas: a herança da sabedoria ancestral na agricultura. Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/01/sementes-crioulas-a-heranca-da-sabedoria-ancestral-na-agricultura>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Tradução de João Peres – São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, P. H. DE; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos. **Texto para Discussão**, 2019.

THE CREDIT SUISSE GLOBAL WEALTH REPORT 2017. Zurich, Switzerland. 14 de novembro 2017

TOOGE, Rikardy. Especialistas temem que MP da regularização fundiária dê brecha para legalizar grileiros na Amazônia. Portal G1. Disponível em <<https://amazonia.org.br/2019/12/especialistas-temem-que-mp-da-regularizacao-fundiaria-de-brecha-para-legalizar-grileiros-na-amazonia/>> Acesso em: Dezembro de 2019.

TORTOSA, José María. Maldesarrolloinestable: un diagnóstico. **Actuel Marx/Intervenciones**, v. 7, p. 121-138, 2008.

TRUMAN. Harry S. **Inaugural Address**. 1949.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático. Centro Cultural Poveda, **Proyecto Comunicación y Didáctica**, 2003.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio+ 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 01-18, 2012.

WALSH, C. (Re)pensamiento crítico y (De)colonialidad. In: Walsh, C. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar Ediciones Abya-Yala, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La Pachamama y el humano. **Colihue**, Buenos Aires, 2012. Disponível em: <https://espectadores.files.wordpress.com/2012/01/lapachamamayelhumano_prologo.pdf>. Acesso em fevereiro de 2020.